



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: RUTE COSTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31/03/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Boa noite. Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública de 2017, convocada para hoje, 31 de março de 2017.

Esta audiência pública foi convocada para tratar do tema Violência Contra a Mulher no Município de São Paulo – Situação Atual e Soluções, conforme requerimento 6/17 de autoria da Vereadora Sâmia Bomfim, aprovado na reunião ordinária de 8 de março de 2017.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br link *auditórios online*.

Convido a compor a Mesa a Vereadora Isa Penna, PSOL; e o Vereador Eduardo Suplicy, PT. Também gostaria de convidar Ana Rita, pelo Nudem – Núcleo Especial de Direito da Mulher; Júlia Drummond do DeFEMde; Denise Motta Dau, ex-secretária municipal de políticas para as mulheres; Sérgio Barbosa, Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência do Coletivo Feminista: Sexualidade e Saúde; Tereza Cristina Cabral, que está a caminho; Ana Flávia de Oliveira, Profa. de Medicina Preventiva da USP e da Rede Não Cala; Maria Domingos Bandeira Aranha Lima, Coordenadora do CRM Maria de Lourdes Capão Redondo; e Gabriela Mansur do Gevid, que está a caminho.

Inicialmente, os Vereadores farão uso da palavra. Em seguida, os demais componentes da Mesa farão suas considerações tendo cada um sete minutos.

As pessoas que quiserem fazer uso da palavra deverão inscrever-se na secretaria da Comissão, tendo cada orador o tempo de três minutos para se manifestar. O pessoal está à disposição para quem quiser se manifestar.

Agradeço a presença de todos, de todas. Sou a Sâmia Bomfim, Vereadora pelo PSOL na Câmara de São Paulo, junto com a Isa Penna, companheira da bancada feminista pelo PSOL. Tivemos a iniciativa de fazer este marco aqui na Câmara de Vereadores com esta audiência a respeito da violência contra as mulheres. É um marco muito importante, marca o mês de março, mês de muita luta não só na Câmara de Vereadores, mas principalmente em

todos os lugares da cidade de São Paulo, em todo mundo. Neste mês de março podemos ver em todo mundo as mulheres se mobilizando para lutar pelos seus direitos.

Um pouco do nosso objetivo aqui na Câmara de Vereadores é poder preencher este espaço que sabemos, infelizmente, não é um espaço que prioriza o tema dos direitos das mulheres, tampouco é um espaço livre que garante as possibilidades de trabalho para as poucas mulheres que estão aqui dentro. Vide os últimos acontecimentos que aconteceram infelizmente com a nossa companheira de bancada, de existir agressões físicas, agressões verbais dentro da Câmara de Vereadores. É um espaço que, de maneira geral, costuma *secundarizar* as nossas pautas e os nossos debates.

Acredito que esta iniciativa é muito importante, não só para marcar o mês de março, mas pra marcar o esforço que não parte somente das Vereadoras e da Bancada do PSOL, mas o esforço de toda sociedade, principalmente das mulheres organizadas e mobilizadas para conseguir avançar no tema do combate à violência contra as mulheres.

Nós sabemos que “os índices de violência contra as mulheres, principalmente com relação às mulheres negras, aumentou muito no último período”. Então é nossa responsabilidade poder pensar em saídas coletivas, identificar de que modo o poder público vem falhando tanto no combate à violência quanto no acolhimento das vítimas.

Esta semana tivemos uma atividade muito importante na Câmara de Vereadores, a Rute estava presente, quer foi a Rede da Violência Contra as Mulheres na cidade de São Paulo, em que as próprias trabalhadoras da rede trouxeram, identificaram os problemas do cotidiano, pensaram saídas, levaram ao Poder Executivo e para o Legislativo para, de fato, melhorar toda a rede de atendimento, de enfrentamento da violência na cidade de São Paulo.

Fica registrado então o nosso compromisso, o nosso objetivo de fazer dos nossos mandatos, da nossa atuação dentro e fora da Câmara uma trincheira de luta e de organização política das mulheres.

Também informo que esta semana conseguimos finalmente aprovar a CPI das

Mulheres da cidade de São Paulo, que vai abordar tema como A Violência Contra as Mulheres no Mercado de Trabalho e a Saúde da Mulher na cidade de São Paulo. Todas estão convidadas pra nos ajudar a criar um diagnóstico e apontar saídas para combater o problema, pra ir à raiz dos problemas que muitas vezes são maquiados, os dados são subnotificados, as pessoas que estão envolvidas em toda rede, em todo sistema, não são consultadas sobre as principais medidas a serem adotadas. Por isso creio será um esforço importante durante os próximos meses para conseguirmos apontar saídas para os problemas que todas nós enfrentamos.

Vou passar a palavra para que faça alguns apontamentos. Em seguida, passo a palavra ao Vereador Eduardo Suplicy.

A SRA. ISA PENNA - Boa noite, mulherada! Queria dizer, antes de começar, qualquer coisa que... Depois de estar aqui nesses 30 dias, neste espaço que em regra é ocupado, um espaço extremamente hostil às mulheres. Se há uma conclusão que se pode tirar é que este espaço do Plenário, eu estou querendo dizer, é um espaço que é bastante agressivo com as mulheres e muito me emociona ver este espaço, agora, lotado de *nóis*, de mulheres, lotado de mulheres lutadoras.

Quando a gente começou a pensar sobre o que poderia ser esses 30 dias de mandato, a gente começou pensar como eu poderia fazer, que espaço, que ideia. A gente tentou realmente utilizar toda a nossa criatividade, pensar em como fazer, como seria possível nesses 30 dias dar um passo que avançasse na luta, trazer visibilidade pra luta contra a violência contra a mulher. Como a gente poderia fazer isso em tão pouco tempo.

Quando sentamos pra pensar, a ideia de uma audiência pública foi algo que foi crescendo em nosso coração por ser, em primeiro lugar, num espaço que abrigaria mulheres de diferentes regiões da cidade, com diferentes trajetórias de luta e que, muitas vezes, a gente *toca* a nossa luta em nossos bairros, em nossa universidade, em nossa escola, mas muitas vezes não nos conhecemos. Espaços como este são muito importantes porque constroem

rede, e essas redes, essas conexões que fazemos elas permanecem depois que o espaço acaba. Ao permanecerem as conexões, ampliam-se, aprofundam-se o potencial de luta. Potencial de pegar esse espaço e o conteúdo que acumulamos hoje, o fortalecimento enquanto mulheres, certamente sairemos daqui mais fortalecidas para a luta e isso, portanto, se transforma e potencializa o nosso futuro enquanto militantes, lutadoras. Assim pensamos na ideia de uma audiência pública que falasse e tratasse sobre a rede de proteção das mulheres.

A primeira coisa que quero dizer é que sabíamos desde o início que isso era uma ideia muito ousada, seja pela dificuldade de acessar as informações, seja pelo pouco tempo que tínhamos. Então, foi com muita humildade que fizemos esse espaço, inclusive, apostamos muito nos convites que faríamos para as mulheres que vão trazer contribuições que, apesar de termos feito tantos requerimentos de informações, por vezes não recebemos resposta desses requerimentos, enfim, aquela lei de acesso da informação que vimos por diversas vezes nesse processo descumprida.

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Dessas mortes de mulheres é possível fazer um recorte que no último período, a morte de mulheres brancas diminuiu em 9,8% e morte de mulheres negras aumentou 54,6%. Eu digo isso para afirmar algo que precisa ser colocado. Até nos dados que pedimos, verificamos que não existe recorte de raça, de identidade de gênero, não existe essa preocupação ainda do Poder Público em fazer esse mapeamento, então, isso é muito difícil, essas informações, esse mapeamento, esse banco de dados inexistem mesmo.

Queria começar contando como foi o processo de construção da audiência pública. Começamos esse processo antes mesmo de começar os 30 dias, fizemos diversos requerimentos de informação para diversos órgãos públicos. O primeiro ponto de partida foi pedir informações sobre a estrutura física dos aparelhos públicos, quais profissionais disponibilizados para atender as mulheres, como era o procedimento do atendimento, como era feito o banco de dados, o cadastro. Fizemos uma lista gigante de requerimento e diversos

desses não foram respondidos. Isso é importante ficar claro, e alguns deles mesmo que respondidos, foram feitos somente com “copia e cola” das portarias. Eles pegavam as portarias e colavam embaixo da pergunta que tínhamos feito e mandavam de volta o requerimento. Além disso, parte importante desse processo de construção para nós foi a visita no CRM do Capão, em Perus, que foram visitas que conversamos com as profissionais que trabalham, isso foi uma preocupação para nós desde o começo, a gente sabia que não estava inventando a roda, que existe já uma rede de proteção das mulheres e que existem trabalhadoras que vivenciam essa realidade todos os dias e que, portanto, para termos um diagnóstico da rede de proteção que existe, era principalmente com elas que a gente precisava conversar.

O que acho que ficou e fica muito evidente é que cruzando esses dados que recebemos, por exemplo, um dado da Secretaria de Segurança Pública que em 2016 foram registradas 34.652 ocorrências em delegacias da mulher. Estima-se que apenas 10% das mulheres que sofrem violência contra a mulher chegam de fato a ir registrar a queixa na delegacia. Ou seja, de acordo com as estimativas, ele significa 10% do total das mulheres que sofrem violência contra mulher. E é importante que se lembre da dificuldade, acho que uma das coisas que nós diagnosticamos bastante em todas, imagino que boa parte das mulheres deve ter passado pela infeliz experiência de ir a uma delegacia da mulher, porque a primeira coisa é te fazerem várias perguntas para tentar te dissuadir da ideia de fazer aquela denúncia. Inclusive, “uma pergunta que ouvimos muito diversas mulheres relataram” isso é por que a delegacia da mulher só registrar queixa se for namorado, marido ou pai. Isso é uma afronta ao que diz a própria Lei Maria da Penha. E, no entanto, realmente quando eu sofri a agressão nesta Casa, nós fomos na delegacia da mulher. Estou contando esse caso porque foi comigo, mas já passei por essa mesma experiência quando fui como advogada com algumas mulheres. Então, a primeira coisa, quando você chega na delegacia da mulher, eles perguntam quem é o agressor. Como o agressor não era nem meu pai, nem meu amigo, nem meu marido, ainda bem, diga-se de passagem, a delegada simplesmente já avisa se a gente quer mesmo fazer o

registro da queixa lá, porque o processo não vai tramitar lá.

Estou contando isso para dar um exemplo de um caso, mas é algo que acontece. Imaginem vocês que eu sendo advogada e estando na condição de vereadora. A condição das mulheres que chegam lá eu já vi, ficam naquele banco de espera, vendo as mulheres entrarem, tentando registrar suas queixas, a realidade é muito mais dura, é muito difícil para as mulheres que vão até a delegacia da mulher para ter o simples ato de registro da queixa de violência, muitas mulheres que estão sendo ameaçadas, que correm um real e eminente risco de morte.

Então, a primeira coisa que diagnosticamos é como a delegacia da mulher cumpre um papel na rede, e jogo para reflexão, quero ouvir a posição dos que estão na Mesa, como a delegacia da mulher em muitos momentos cumpre uma função oposta a que deveria cumprir. A delegacia da mulher espanta as mulheres de prestar queixa, de denunciar.

E disso tiro outra reflexão, que é a necessidade, até não vou me aprofundar sobre esse ponto porque há mulheres na Mesa com muito mais qualidade para falar sobre isso do que eu, mas acho importante dizer, após um rápido diagnóstico da rede de proteção das mulheres, o quanto é visível a necessidade de capacitarmos os profissionais do serviço público. Os policiais da delegacia da mulher, mas não só os policiais que atuam na delegacia da mulher que deveria ter uma equipe multidisciplinar que não existe, mas também os servidores públicos da saúde, da assistência social, que muitas vezes enxergam a violência contra a mulher como parte de um combate à criminalidade e não entendem de forma alguma, não são capacitados para isso. De forma alguma quero responsabilizar o Estado capacitar esses profissionais, mas destaco o quanto é visível que os serviços públicos, na regra, estão despreparados para lidar com a violência contra a mulher.

Outra reflexão que gostaria de falar é uma coisa que a Domingas falou na visita que fizemos lá, que é a necessidade da mulher que chega na delegacia contar uma vez a sua história de violência, ela sai da delegacia, vai ao centro de acolhimento, ela conta de novo a sua história, ela vai a uma Vara especializada, ela conta de novo a sua história.

Há necessidade de melhorarmos a ligação entre esses equipamentos da rede de proteção porque o ato de contar a sua experiência de violência é uma violência em si porque a mulher que passou por uma violência, ela não quer repetir aquilo diversas vezes. Isso em si já é um ato de violência contra essa mulher. Isso é importante.

Além disso, é evidente que se 34.652 registros de ocorrências, no ano de 2016, significam 10%, é preciso também a gente se questionar qual a capacidade que a Rede tem hoje de lidar se todas as mulheres que sofrem alguma violência fossem atrás de algum centro, de algum acolhimento, de alguma escuta. Essa é outra questão, qual é a capacidade, qual a prioridade política que temos de investimento para políticas públicas voltadas para essa questão.

O último ponto é que tivemos a Secretaria Municipal de Mulheres criada em 2013 e essa secretaria foi extinta. Isso é um atentado contra todas nós. É preciso que a gente reivindique, se utilize de todos os instrumentos de luta e reivindicação para reverter a extinção da Secretaria Municipal de Mulheres. Por quê? Primeiro porque estamos vendo 34.652 casos registrados. Se isso é equivalente a 10% dos casos, é evidente que o problema da violência é um problema que demanda mais investimento, demanda uma secretaria especializada para pensar políticas públicas para isso. A extinção dessa secretaria foi um atentado contra todas as mulheres. É preciso que a gente se utilize até...uma questão até pela vida das mulheres mesmo ainda que no feminismo a gente tenha diversos posicionamentos, a gente precisa entender que o problema da violência está longe sequer de ser mapeado. Essa é a primeira questão.

Então, para fechar, a conclusão que eu tiro é o problema da violência contra a mulher não temos nem sequer o mapeamento. Os dados ainda são muito imprecisos seja porque as mulheres são desencorajadas a prestar queixa, seja porque não existe preocupação, uma coesão entre os dados que são coletados nos equipamentos, ou seja, é preciso que a gente saiba. Se a gente acha isso daqui muito, a realidade é muito pior. A gente precisa

repensar qual é a concepção dessa rede de proteção que queremos. Digo isso muito em função do papel que as delegacias cumprem, na verdade, elas são quase que uma segunda violência.

Essa foi uma questão que até as meninas que passaram no gabinete e também na atividade da rede de proteção de mulheres, elas pontuaram bastante o quanto que a Delegacia da Mulher está longe de ser um equipamento público que contribua, o quanto que ela acaba cumprindo, acaba destoando da rede.

O que é uma política pública que realmente seja pensada para resolver essa questão? Ela não envolve só a assistência às vítimas, ela envolve também campanhas de prevenção. Prevenção em que sentido? Ao invés de termos a propaganda maravilhosa na televisão de cerveja, de carro, que “objetifica” o nosso corpo, que nos reduz a objetos. Imaginem vocês e veja que isso acontece em vários países. Não estamos falando de revolução. Estamos falando de coisas possíveis de serem feitas, campanhas públicas que expliquem a origem da violência contra a mulher, expliquem o ciclo da violência porque inclusive se uma mulher que está ali sozinha, fragilizada, vê que aquele problema é real, da sociedade, ela se sente menos sozinha e se fortalece enquanto sujeito e, portanto, tem mais condição de romper com esse ciclo de violência e buscar ajuda.

Precisamos pensar também na fase do que fazer para mudar a educação. Inclusive, a própria educação tem um papel fundamental nisso. Já passou da hora. Inclusive é uma vergonha o que aconteceu na última discussão da última gestão do Plano Municipal de Educação aqui, quer dizer, pela palavra gênero. A gente não está falando de feminismo, tinha a palavra gênero, que foi inconcebível. Foi retirada a palavra gênero do Plano Municipal de Educação. A Educação tem um papel fundamental no combate a essa cultura machista que nos fragiliza enquanto sujeitos sociais.

Enfim, o objetivo desta audiência pública foi muito ousado porque quando a gente foi começar a receber as informações, vimos que o mapeamento de dados é bagunçado, tem

informações contraditórias, então, inclusive para fazermos afirmações é muito difícil.

Necessariamente, concluímos que para avançar no combate à violência contra a mulher é preciso dar prioridade política para isso. Infelizmente, parece que vamos enfrentar com essa gestão coisas piores com a extinção da Secretaria de Mulheres, com as ameaças que estão sendo feitas às trabalhadoras da Rede.

Infelizmente, é preciso que se diga à Secretária Patrícia Bezerra, a quem fiz o convite de estar aqui presente, ela falou que tentaria vir, inclusive em um primeiro momento foi muito solícita, mas infelizmente, não conseguiu comparecer. É uma pena porque seria um diálogo com o Poder Executivo e pelo menos conseguiríamos chegar a alguns pontos em que poderíamos avançar de pensar o que precisa ser feito para garantir a expansão, a ampliação, o aprofundamento dessa Rede de Proteção.

Digo isso porque se temos algum consenso entre todas as feministas – desde o feminismo liberal até o feminismo mais socialista, como eu – é a questão da violência contra a mulher, é a questão da vida das mulheres, que a nossa vida importa.

Para mim é uma honra estar nesta mesa, em especial com essas mulheres. Enfim, desejo um bom debate para a gente, para todo mundo. A ideia é que esta audiência seja um primeiro espaço, para a gente produzir um relatório a partir das visitas e dos dados, embora, como falei, haja muitos dados contraditórios que foram fornecidos para a gente. Mas a ideia é dar segmento a esse processo, inclusive acredito que esse relatório servirá para a própria CPI e para processos de luta futuros.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Muito obrigada, Isa. Registro a presença das Sras. Vereadoras Adriana Ramalho, Juliana Cardoso e Aline Cardoso, a quem convido para compor a Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sra. Presidenta, nobre Vereadora

Sâmia Bomfim, as Sras. Vereadores Juliana Cardoso, Aline Cardoso, Isa Penna, Adriana Ramalho, todas as mulheres e homens presentes, primeiro, presto minha solidariedade porque, nesses últimos dias, as nobres Vereadoras Isa Penna e Juliana Cardoso foram objeto de desrespeito por parte de alguns colegas Vereadores.

Quero transmitir que tenho insistido com os Vereadores Fernando Holiday e Camilo Cristófarro que seria de bom senso, seria uma coisa que os engrandeceria e que colaboraria muito para que haja um melhor respeito e entendimento entre todos os 55 Srs. Vereadores. Reitero o meu apelo para que peçam desculpas tanto à Sra. Juliana Cardoso, quanto à Sra. Isa Penna. Acho que é o mínimo que um homem, um ser humano, deve fazer, ainda mais quando sabemos de alguns episódios assim.

O nobre Vereador Toninho Vespoli, do PSOL, que faz discursos muito assertivos e criticando os diversos níveis de governos – municipal, estadual e federal. Ele ainda diz que nunca foi desrespeitado por causa disso, mas, de repente, quando uma Vereadora o critica, aquele Vereador toma uma atitude que realmente me assustou.

Em acréscimo às iniciativas das Sras. Vereadoras Isa, Sâmia e Juliana, também avaliei como próprio apresentar um requerimento de informação relativo à situação das mulheres em nosso Município, ontem, à Secretária Patrícia Bezerra, de Direitos Humanos e Cidadania, para a qual foi a responsabilidade da coordenação de políticas para as mulheres, que me ligou um pouco preocupada, mas disse a ela: Olha, todas essas questões são colocadas sem qualquer sentido de ofensa, com o objetivo de termos os esclarecimentos; e acredito que ela poderá responder essas questões o mais breve possível, para sabermos de informações da maior relevância para todos e todas.

Eis as perguntas: Sobre a presença de mulheres nos espaços de decisão e participação social, quanto ao fechamento da Assessoria de Participação e Controle Social de Coordenação de Políticas para as Mulheres, o que embasou essa decisão?

Como estão as indicações do Governo aos Conselhos de Participação e Controle

Social, incluindo-se os Conselhos Gestores no que trata da composição mínima de mulheres, sabendo-se que a Lei nº 15.946/2013 e o Decreto Regulamentador nº 56.021/2015 garantem o mínimo de 50% de mulheres nos espaços de Participação e Controle Social?

Quanto ao Decreto de R\$ 300 mil do Deputado Federal Vicente Cândido, destinado ao convênio para a realização da segunda etapa do curso de Formação em Planejamento e Orçamento de Gênero para os fóruns regionais, qual a previsão de execução dessa emenda, qual a data de realização?

Quanto à participação das mulheres nos espaços de decisão do governo, como está a composição de mulheres indicadas aos postos de chefia do governo, secretariado, chefia de gabinetes, coordenações de áreas e outros cargos de comissão? Quero registrar que no meu gabinete avalei por bem que era hora de dar uma presença significativa às mulheres, então, de 22 pessoas que colaboram no meu gabinete, 15 são mulheres. Achei que era hora de dar preferência às mulheres.

Sobre os Fóruns Regionais de Políticas Para as Mulheres, que deverão se reunir pelo menos uma vez por trimestre, já há data prevista para acontecer? O Artigo 24 da Lei diz que uma vez por ano será organizada pela Assessoria de Participação e Controle Social da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, conjuntamente com os Fóruns Regionais, uma plenária conjunta de todos os fóruns regionais para apresentação de balanço, encaminhamentos, planejamento e discussão de propostas. Ora, com o fechamento da Assessoria de Participação e Controle Social daquela Secretaria, como será apresentado o respectivo balanço e planejamento? Há previsão para a realização dessa plenária?

Há previsão de quando ocorrerá a primeira reunião ordinária para aprovação e divulgação do calendário de atividades dos Fóruns Regionais?

Sobre a violência, como está a gestão em continuidade do serviço de acolhimento das mulheres em situação de violência que estavam sob a gestão da extinta Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres?

Há relatos de algumas munições de que o Centro de Referência da Mulher, em São Miguel, foi fechado, e que não houve renovação de convênio com nenhuma entidade social para a gestão do equipamento, assim como relatos de que a Casa Eliane de Grammont está desestruturada e sem elementos. Quais medidas estão sendo adotadas para gerir esses equipamentos de serviço de acolhimento das mulheres vítimas de violência? Como está o diálogo estrutura e manutenção da rede de enfrentamento de violência contra as mulheres? Houve consulta às entidades, movimentos sociais, movimentos feministas de mulheres, quanto ao fechamento do CRM São Miguel?

Como está o andamento e continuidade do programa Guardiã Maria da Penha? Há relatos de que o ônibus lilás de enfrentamento à violência não roda desde janeiro de 2017 em São Paulo e que será devolvido ao Governo Federal. Por qual motivo a real perspectiva de que o ônibus seja devolvido ao Governo Federal?

Em relação aos convênios para a manutenção dos equipamentos de enfrentamento à violência contra as mulheres, como está o processo de renovação desses convênios? Há edital de chamamento público com a finalidade de renovar os convênios e garantir o funcionamento do serviço?

Quantos casos foram atendidos de mulheres em situação de violência nos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente? Como está o andamento do serviço de aborto legal nos hospitais municipais? Qual a data prevista para a inauguração da Casa da Mulher Brasileira?

Nossa querida Denise Dau informou que estava prevista uma transferência de colaboração do Governo Federal da ordem de R\$ 13 milhões para completar a Casa da Mulher Brasileira, ela me mostrou algumas fotos no bairro de Cambuci, onde será. Mas será que o governo Michel Temer não vai encaminhar os R\$ 13 milhões que o Governo Dilma havia destinado? Qual data prevista para o fim das obras de casa de passagem?

Finalmente, há relatos de que a equipe que realiza o Aborto Legal no Jabaquara foi

exonerada. Essa informação procede? Se sim, como o Município pretende continuar prestando atendimento de serviço previsto por lei no referido hospital?

Espero que venham logo as respostas a essas questões, que poderão enriquecer as informações para um debate, tais como esse que vocês estão organizando.

Meus parabéns a todos! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Tem a palavra a nobre Vereadora Adriana Ramalho.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Boa noite a todos. Na pessoa da Presidente Sâmia Bomfim, cumprimento toda a Mesa, todas as autoridades, todos os presentes.

Vou fazer só uma saudação, porque eu já havia comunicado a nobre Vereadora Sâmia Bomfim que eu não conseguiria estar presente por conta de já ter confirmado presença em outro compromisso. Nessa vida corrida que estamos enfrentando, principalmente nós, marinheiros de primeira viagem, no primeiro mandato, temos colocado o nosso comprometimento acima de tudo, então sempre busco não desmarcar os agendamentos, os compromissos e os eventos. Algumas coisas, ainda conseguimos remanejar, mas outras, infelizmente, não conseguimos.

Mas, mesmo com essa tribulação dos horários, fiz questão de passar aqui, atrasando o evento do qual vou participar na zona Sul, para poder parabenizar as Sras. Vereadoras Sâmia Bomfim e Isa Penna pela iniciativa de promover uma audiência pública nesta Casa e de, cada vez mais, fortalecer essa massa de mulheres que lutam para combater a violência seja a violência doméstica ou a violência face a mulher. Como bem disse Isa Penna, em várias questões relacionadas a essa, temos os equipamentos públicos que precisam ser melhorados bem como ampliados, o respeito para com as mulheres vítimas de violência, e cada vez mais termos políticas públicas e legislação que defenda de forma efetiva todas as mulheres.

O feminicídio, por exemplo, que foi sancionado em março de 2015, foi uma vitória

para as mulheres, porém, é uma legislação que precisa ser revista, aprimorada e, na prática, ela precisa ser maior concretizada para que essas mulheres consigam ter respaldo como se dita na lei, porém na prática.

Tivemos um avanço grande com o disque 180, mas, além do disque 180, temos outros caminhos a percorrer para poder ampliar esses atendimentos às vítimas. Recentemente, no carnaval, através do disque 180, houve o registro de 2.132 atendimentos a mulheres vítimas de violência. É um número muito considerável, mas através desse disque 180 podemos conseguir ter relato de mulheres e conseguir avançar para atendê-las e ajudá-las.

Tenho visto cada vez mais na Câmara Municipal esse comprometimento e essa visão de unir forças, independentemente de sigla partidária, de posicionamento, mas a causa é uma questão que precisamos analisar com técnica e com sensibilidade porque se não unirmos todas as forças, debatermos e “ampliarmos o debate, termos sugestões e ações propositivas, no final, quem vai sofrer somos nós, mulheres”.

Por isso estou aqui conversando e dialogando com a Sâmia nesta Casa, a Isa Penna, pude ter o privilégio de conversar com ela por esses 30 dias, não tanto quanto eu gostaria porque aqui é muito dinâmico, mas posso dizer que com a Juliana Cardoso, com a Sâmia, mesmo apesar de haver posicionamento divergentes, conseguimos traçar um coleguismo, um companheirismo e temos ampliado cada vez mais.

Dessa forma, coloco-me à disposição para fortalecer cada vez mais este assunto e avançar em políticas públicas.

Temos um projeto que se chama Mulheres que Constroem, através do Instituto Construa. É um projeto que oferece qualificação profissional para mulheres e um dos setores que é atendido é o setor da construção civil, mas esse projeto deu início não só pela inserção no mercado de trabalho, mas também por um núcleo de mulheres que se interessaram no curso por conta de terem sido vítimas de violência doméstica. A partir daí passamos a trabalhar dentro do Instituto – sou uma apoiadora do Instituto – com as duas vertentes: a inserção e a

qualificação profissional no mercado de trabalho bem como o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Por isso este assunto tem um cunho muito importante para a gente.

Da construção civil, ainda por cima, a gente se depara com mais um problema que são as mulheres nordestinas que sofrem o preconceito e entra no que a Vereadora Isa falou que sofrem não só a questão de perguntarem “Você foi agredida pelo seu pai? Pelo seu marido? Pelo namorado?” “Não, fui agredida por um homem.” E muitas vezes vítima de outros preconceitos, como por ser negra, por ser nordestina, indígena e assim por diante.

Então, o assunto precisa se estender. Estou aqui para somar forças. Fica aqui meu relato e minha saudação. Desculpem-me por ter de sair, mas eu preciso honrar com o compromisso, mas estou à disposição para trabalharmos de forma unida e juntas. Muito obrigada. Boa noite a todos.

A SRA PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Com a palavra a nobre Vereadora Aline Cardoso.

A SRA. ALINE CARDOSO – Boa noite a todos. Prazer estar com vocês aqui essa noite. Não poderia deixar de vir, em uma reunião tão importante. Parabênz a comissão, Sâmia, Isa, Juliana, Adriana. Todos os Vereadores que estão envolvidos com a causa. Suplicy que passou por aqui. Acredito que temos conseguido, nas últimas semanas, espero tenho certeza, pelo menos de minha parte, das pessoas com quem eu tenho trabalhado que devemos conseguir continuar assim, se unir, independentemente, de siglas partidárias em prol de alguns objetivos comuns que temos.

Quando do resultado da eleição em outubro, quando saiu esse número emblemático de 11 Vereadoras, algumas pessoas até usaram a Expressão da bancada feminina e aí outros questionaram: mas vai ter uma bancada feminina? Porque tem diferenças de partidos. Acredito que em alguns aspectos temos conseguido sim atuar como uma bancada feminina e isso tem sido uma vitória e acredito e espero que consigamos continuar assim.

Nesse sentido, gostaria até de falar um pouco sobre a CPI que aprovamos essa

semana. Antes porém gostaria de contar para vocês sobre uma visão que temos trazido para a Câmara Municipal de São Paulo, uma das maneiras de abordar o problema da violência, problema muito sério, que precisa ser abordado, avocado, estudado, compreendido, e resolvido, de diversas formas.

No nosso caso, antes mesmo de ter sido eleita Vereadora, meu primeiro mandato , já tínhamos um trabalho, como terceiro setor, atuando principalmente com as mulheres da Brasilândia. Como muitas de vocês devem saber é uma região de altíssima vulnerabilidade social onde têm muitos problemas de gênero, dentre outros, No caso, o nosso enfoque, vem sendo, nos últimos anos de empoderamento feminino econômico, geração de renda, capacitação para o mercado de trabalho, acesso ao mercado de trabalho, apoio para ascensão no mercado de mercado de trabalho e também empreendedorismo. Esse empoderamento econômico tem sido um dos nossos eixos de atuação além de outro eixo muito importante. Mas uma luta do nosso trabalho e agora do nosso mandato é a questão da gravidez na adolescência. Também deve ser de conhecimento comum, que apesar de queda em alguns contextos, nem todos, porque infelizmente alguns, esse número vem subindo, apesar de uma queda global ainda temos quase 600 mil meninas por ano de 10 a 19 anos, engravidando, das quais 30 mil, de 10 a 14 anos.

Na nossa visão, tanto a questão econômica quanto a questão da gravidez, dentre outros elementos, são problemas que acabam também levando ao sofrimento da violência. Consideramos que alguns problemas, se não forem combatidos, a médio e a longo prazo, o ciclo de violência não é rompido. É uma escolha cada um escolhe atuar de uma maneira, eu, por questões pessoais, a minha história escolhi atuar dessa maneira, eu acredito que seja válida, assim como há muitas outras maneiras, muitas outras escolhas, acredito que na posição que nós mulheres estamos na sociedade que quanto mais pessoas atuarem de formas diferentes com o mesmo objetivo melhor.

E foi nesse sentido que entramos com um requerimento de CPI posterior ao da

Sâmia, é verdade, e conversei muito com ela sobre isso, e acredito ter sido muito enriquecedor para nossa parceria aqui dentro esse processo, porque a CPI que foi colocada, todos sabem, era uma CPI da violência e a nossa CPI, foi uma CPI proposta com um escopo mais abrangente.

Expliquei a Sâmia, conversamos muito, expliquei até a imprensa, eu faço questão de explicar para vocês, porque acredito que todos que estão aqui, estão sensibilizados, e merecem essa explicação. Pensei da seguinte forma: se aprovarmos uma CPI sobre mulheres nesse mandato, durante dois, três mandatos ou sei lá quantos anos, vai ser dito assim: “Vocês não precisam de uma nova CPI! Vocês já tiveram uma em 2017...” Isso acontece muito aqui dentro. A gente ouve, muitas vezes, “Ah! Mais uma CPI sobre tal coisa já teve, cinco anos atrás, já teve quatro anos atrás, já teve 10 anos atrás...” “Então pensamos assim; aprovado uma CPI de Violência contra a mulher hoje, quantos mandatos ou quantas décadas vamos levar até poder tratar esse assunto de novo aqui dentro. Então quando expliquei para a Sâmia, achava que deveríamos ter uma CPI mais ampla, eu disse a ela que poderíamos, nessa ocasião também, abordar outros problemas seriíssimos que temos na Cidade de São Paulo e que entendo que são de uma forma ou de outra, causas que também levam a essa consequência triste que é a violência.

Se não conseguirmos romper o problema da dependência econômica e financeira das mulheres que ainda ganham menos que ainda tem uma série de dificuldades para se empoderar economicamente, essa mulher, como nós ouvimos de muitas delegacias, vocês também já devem ter ouvido, quantas vezes ouvimos de uma delegada: “Ah, mas eu tirei a mulher da casa, eu tirei a mulher do agressor, ela voltou, ela voltou porque?” Ela volta por muitas razões. Uma delas também é uma dependência, seja ela social, psicológica econômica.

Então quanto mais a gente conseguir romper essa dependência, quanto mais a gente conseguir atuar nas causas, mais estamos combatendo a consequência.

Então fomos conversando, falamos também sobre essa questão da gravidez,

dentre outros assuntos e chegamos a um consenso e chegar a um consenso é muito bom, porque na política a gente precisa de consenso. É normal que as pessoas pensem diferente. É normal que as pessoas atuam de maneira diferente. mas quando o objetivo é o mesmo, e quando o objetivo é nobre, é importante que nos unimos cada, um trazendo sua visão, para tentar alcançar o objetivo comum. Fico muito feliz que nós conseguimos trabalhar juntas, independentemente de partidos e de visões partidárias, políticas, chegando em um consenso, falamos muito sobre isso aqui, até porque se a gente brigasse entre nós, estaríamos enfraquecendo a nossa causa e fortalecendo os machistas, e fortalecendo quem causa o problema. Muito bom que conseguimos chegar a esse consenso, inclusive lutando para que a Sâmia, o PSOL tivesse também uma cadeira na CPI e que pudesse também ter um protagonismo nesse trabalho, porque eu reconheço o trabalho dela. Reconheço a importância da contribuição dela. Cada um de nós teremos a nossa contribuição para dar nesse debate. E quanto mais pessoas contribuírem, quanto mais nos aprofundar, como a Isa dizia, a gente nem tem todas as informações que precisamos ter, se cada um trouxer a nossa contribuição melhor para o estudo, e melhor para encontrar soluções.

Hoje é uma vitória que temos de comemorar o estabelecimento dessa CPI. CPI essa que vai sim tratar da violência, vai ter, sim, a Sâmia na relatoria do tema da violência, tema de especialidade dela, vamos dizer assim, mas que também terão outros assuntos ainda abordados. Essa é uma primeira vitória e tenho certeza que com a contribuição de cada um dos nove membros espero que não sejam só mulheres espero que homens, homens sérios e homens comprometidos com uma sociedade melhor participem também dessa CPI e que ao longo dos próximos meses possamos ter algumas respostas, encontrar alguns caminhos e levar, sim, para quem de direito, demandas da sociedade, formalmente embasadas para melhorar as políticas públicas,

As políticas públicas precisam ser melhoradas em todos os âmbitos: nacional, estadual e municipal e elas precisam ser melhoradas em todos os partidos. Então que

possamos juntos, dentro dessa Casa e com o apoio da sociedade civil , deixamos abertos para vocês trazerem suas sugestões e contribuições, tirar desse trabalho, respostas, soluções encaminhamentos para tentar melhorar cada vez, um pouco mais a condição da mulher na Cidade de São Paulo.

Parabéns pelo trabalho. Peço desculpas, mas vou precisar me retirar, serei sincera preciso me retirar porque sou mãe, estou com um problema em casa, minha filha esta doente. Me desculpe, mas ser mulher é isso também. Quem é mulher aqui sabe que temos essa jornada dupla, tripla, e estou precisando ir para a minha próxima jornada.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) - Obrigada Aline. Quero anunciar a presença da Gabi Mansur.

Com a palavra Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa noite, povo de luta! Mulheres aguerridas. Essa semana temos nos encontrado bastante. Alguns movimentos na Câmara Municipal de São Paulo tem estado. Um que achei muito interessante foi a rede de enfrentamento de violência contra as mulheres e mais interessante ainda porque construíram uma carta muito organizada no sentido hoje, enquanto políticas publicas a gente ainda tem de caminhar. E é no momento muito delicado, onde a troca de governo e o fechamento da Secretaria de Políticas para as mulheres, coloca uma situação delicada onde os serviços que estavam sendo desenvolvidos e que eram de extrema importância, a gente já não tem e o que tem fechar, não pode acontecer, ou que tem, não funcionar não pode acontecer. Quando você fecha uma secretaria de políticas para as mulheres e você acaba não tendo, o ônibus, por exemplo, que circulava, principalmente na periferia, que era um ônibus específico que atendia as mulheres direcionando, muitas vezes falamos: Ah, não tem uma rede, ou muitas vezes as mulheres não vão por medo, ou também não sabem onde procurar, então temos esse serviço que precisa ser feito. A casa da mulher brasileira, por exemplo, está prontíssima. Tudo pensado, recurso foi

destinado e não temos informação nenhuma, pelo menos dentro da nossa comissão. solicitamos isso. Eu solicitei também, fiz um requerimento, essa é uma comissão – não sei se a Sâmia, explicou –de Saúde, Trabalho e Mulher, e ali também ainda não foi feito um esclarecimento, uma pena que a nobre Vereadora Patrícia e hoje Secretária de Direitos Humanos,, não esteja aqui, para poder ajudar um pouco a gente nesse sentido.

Falo, que dentro dessa rede, que não é só da própria rede de enfrentamento, mas outras, temos várias entidades aqui presentes. Entidades e, as vereadoras. Nós crescemos de cinco vereadoras, agora foi pra 11, agora estamos em nove, porque duas saíram para serem Secretária. Eu falo com muito carinho, as pessoas podem até estranhar, mas pessoas podem até estranhar, mas estou muito feliz mesmo. Já expressei isso em diversos lugares, por ter mais duas vereadoras feministas do nosso campo fazendo debate aqui nesse plenário que não é fácil. Que é a Isa e Sâmia. Temos principalmente, desde o início do ano, porque quando você começa a incomodar na fala, ou como querem carimbar a gente como “a chata”, muitas vezes, não é a chatice, mas é a nossa representação e a nossa responsabilidade de colocar a boca no trombone, de falar, de denunciar, em nenhum momento, permitir que qualquer homem, mesmo que seja Vereador, mesmo que tenha também o papel de ser Parlamentar igual a nós, de colocar o dedo na nossa cara e dizer que a gente tem que calar a boca. Isso, pelo menos desde que estou aqui, e estou no terceiro mandato, jamais deixei permitir. Quando acontece, eu vou para cima mesmo, não tenho medo, porque nós estamos na maior cidade do Brasil. A Câmara Municipal de São Paulo representa para muitas outras mulheres que estão em outras câmaras um símbolo muito importante, então é nosso papel e a nossa obrigação sim. Eu falo que é obrigação mesmo no sentido de que a gente tem de se empoderar disso e colocar a boca no trombone.

Dentro disso que tem acontecido, do começo do ano quando a Sâmia chegou e teve um constrangimento aqui no plenário, depois todo mundo viu a forma que o Vereador Holiday se porta dentro dessa Casa e a forma como ele colocou como “a louca” porque quando

a gente fala coloca o mesmo posicionamento firme e forte aí somos loucas. E, por último, a Vereadora Isa com o Vereador Camilo, se enrola todo aqui no plenário, dizendo que não fez, mas fez, é uma coisa muito estranha, mas de certa forma, quem está dentro dessas redes, nós precisamos denunciar. Porque estou falando isso?

Porque é extremamente importante vocês colocarem isso para fora porque fortalece a gente aqui no plenário. Os olhares ficam dentro da Casa. Se a gente não propaga isso, não fala isso, a gente tem uma dificuldade também inclusive de ter uma musculatura para enfrentar aqui dentro. Eu acredito que dentro da própria CPI que vou participar junto com as Vereadoras a gente vai buscar a rede, a denúncia. Dentro da rede de enfrentamento eu percebi que tinha muitos serviços já fazendo essa denúncia e que está enfraquecido ou quase fechando, ou não tendo o atendimento qualitativo ou as próprias entidades precisam se organizar para poder não ter o fechamento disso.

Acredito que essa CPI vá nos ajudar a nos organizar para poder fortalecer esse serviço e garantir o recurso dentro do Orçamento em que pese hoje, todo mundo sabe que a cultura teve 43,5% do orçamento cortado, e isso implica também em serviços que são diretamente ligados à nossa periferia e muitas vezes são mulheres trabalhadoras, mas principalmente, a questão da nossa juventude que usa e precisa desse momento para poder fazer umas reflexões do que nós e de quais são os direitos. Porque dizem que tem que acabar com o esquerdismo. Isso é muito ruim porque vivemos num país democrático e as pessoas precisam colocar isso.

Outra coisa que precisamos comentar, não só em nível da Câmara, mas nas nossas entidades, essa questão de você tirar 700 mil crianças e adolescentes de receberem o leite que era vinculado à Prefeitura e ainda falando que o adolescente não toma leite, como já ouvi falar isso aqui no plenário, infelizmente. Eles não têm a noção que estamos vivendo um momento de desemprego, de recessão, e as pessoas precisam desse alimento.

Eu não quero me estender muito porque está tarde e temos uma mesa rica de

debates. O que eu estou querendo dizer é que, além de ser membro dessa Comissão de Saúde, é que nós estamos juntos, precisamos caminhar muito próximas no sentido de que o fortalecimento dessa denúncia é também importante para que consigamos garantir que esses serviços não fechem ou não tenham orçamento para isso.

Parabéns, Vereadoras Sâmia e Isa, pois estão contribuindo com essa audiência pública, ela vale muito, principalmente, na Câmara Municipal, que fica tudo gravadinho, tudo colocado e é um instrumento de luta para poder caminhar nesse enfrentamento contra a violência contra as mulheres.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) - Obrigada, Vereadora Juliana. Tem a palavra a Sra. Ana Rita, representante do Nudem.

A SRA. ANA RITA – Boa noite a todos. É um prazer estar aqui. Acho muito importante essa iniciativa para contribuir. Eu falo que o Nudem fez duas audiências públicas nos anos de 2015 e 2016 para discutir a política de enfrentamento, a violência contra mulher no município de São Paulo. Então, temos um acúmulo e também nessas audiências a gente pode perceber pela presença de mulheres em situação de violência, mas também trabalhadoras, as dificuldades que a gente enfrenta quando trabalhamos numa questão bastante complexa como é a da violência. A necessidade de uma política transversal que dialogue em diversas pastas das gestões municipais e estaduais, que seja, porque a gente não pode garantir um serviço apenas de uma Secretaria que não consegue dialogar com políticas das outras. Então, essa necessidade de a gente não focar e discutir a política apenas da Secretaria de Direitos Humanos, hoje responsável pela gestão da política e da Smads, que também tem equipamentos ligados a ela no enfrentamento à violência doméstica, mas também transporte, saúde, educação e habitação que acabam por oferecer algumas políticas, mas não tenham compromisso com as questões de gênero de fato. Não tem ali dentro ninguém responsável por atuar na garantia de direitos das mulheres. Isso é importante porque não adianta a gente

conseguir acolher a mulher e ela não ter para aonde ir porque não há mais um benefício habitacional, ou não conseguir uma vaga em creche para os seus filhos e não conseguir trabalhar e por isso depender financeiramente de um homem agressor.

Então, a importância de a gente dialogar com uma gestão que tenha uma visão. Acho importante falar que existe uma rede de enfrentamento contra a violência que na verdade aqui na capital existem várias redes porque é uma cidade bastante grande e eu via essas pessoas que estão ali, há muito tempo trabalhando, enfrentando de perto a realidade de cada região da cidade e em cada região da cidade há uma dificuldade que pode ser a mesma, ou pode ser diferente. As reivindicações das mulheres então acredito que é um espaço importante aqui na audiência pública. Acho que teve a entrega da carta, que também foi entregue ao núcleo, mas também na CPI acho importante ouvir essas pessoas que têm o acúmulo dessas dificuldades para a gente conseguir entender onde a gente precisa melhorar.

Agradeço estar aqui e podemos trocar informações, estou à disposição para informar o que a gente colheu nas outras audiências que fizemos e reforço o compromisso do núcleo em contribuir e buscar a garantia dos direitos dessas mulheres.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) - Obrigada. Tem a palavra a Sra. Denise Motta Dau, ex-Secretária Municipal de política para as mulheres.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Boa noite a todos. Queria saudar as entidades, movimentos sociais, movimento feminista, partidos, saudar as Vereadoras Sâmia Bomfim, Isa Penna, Juliana Cardoso, as demais Vereadoras que por aqui passaram, todas as entidades e instituições presentes aqui à Mesa. Acho que cabe a mim como ex-Secretária municipal fazer um balanço, prestar contas do que foi feito na gestão anterior pela Secretaria Municipal de Política para as Mulheres e os desafios que ficaram então colocados para a continuidade das políticas para as mulheres em São Paulo, por meio da execução do Plano Municipal de Política para as Mulheres.

Como o tempo é escasso eu não vou me detalhar nas ações, eu vou citar as ações e os projetos que nós implementamos porque cada um desses projetos dava um bom tempo de debate, de avaliação, de dados, indicadores, então, eu vou mais citar o que nós fizemos para poder apontar, me deter um pouco mais nos desafios.

A Secretaria foi uma conquista do movimento feminista, dos movimentos sociais, do movimento sindical então há um bom tempo a cidade de São Paulo tinha uma coordenadoria que foi implantada na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy, tinha uma coordenadoria de políticas para as mulheres que veio se mantendo, teve um primeiro serviço na cidade de São Paulo inaugurado na gestão da então Prefeita Luísa Erundina, mas ainda não tínhamos coordenadoria, que veio na gestão da Marta, Secretaria Municipal foi uma conquista na gestão do Prefeito Fernando Haddad. Foi um bom tempo para estruturar a Secretaria, para aprovar aqui na Casa um organograma, para montar a sede da Secretaria, enfim, para formular os projetos e algumas das principais ações, eu vou me deter na área de enfrentamento à violência, há vários projetos na área da autonomia econômica, da participação social. Mas como o tema é a violência, e que se articulam com enfrentamento a violência, vou me deter a essa questão da violência.

Nós implementamos o projeto Guardiã Maria da Penha, em parceria com o GEVID, o grupo de enfrentamento à violência doméstica do Ministério Público e a Guarda Civil Metropolitana, que faz o atendimento, visitas domiciliares, a mulheres que tem a medida protetiva com base na lei Maria da Penha, definida pelo poder Judiciário, mas que muitas vezes não tem como se controlar a aproximação do agressor, então o projeto Guardiã Maria da Penha faz essas visitas. Ele estava inicialmente em 14 bairros e tinha uma previsão de ampliação para mais bairros a partir desse ano de 2017. Nós implantamos dois novos centros de referência da mulher, um no Capão Redondo, outro em São Miguel Paulista. Nós reformamos os novos serviços existentes, entre centros de cidadania da mulher, centros de referência da mulher e a Casa Abrigo de endereço sigiloso Helenira Resende.

Um problema que não conseguimos superar, e que acho um ponto de pauta importante para a Câmara: a área de recursos humanos, de que se tenha concurso público, para que os serviços tenham profissionais de carreira, efetivados, porque a política tem que ser de Estado e não de Governo, e os cargos em comissão acabam mudando a gestão também mudando, com pessoas que tenham afinidade com o projeto apresentado pela nova gestão, e quem é servidor público de carreira permanece. Permanece com experiência, se qualificando cada vez mais e fortalecendo a rede de enfrentamento à violência.

Então, nós tentamos aprovar concurso público para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, inclusive, aqui na Casa. Não foi possível, mas esse é um tema que a nossa gestão não conseguiu superar e que é muito importante que se tenha equipe multiprofissional completa nos nossos serviços.

Nós, em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal, trabalhamos pela localização, liberação do terreno e construção da Casa da Mulher Brasileira.

A Casa da Mulher Brasileira é um projeto federal que prevê implantação dessas casas em todas as capitais. Faz parte do programa mulher viver sem violência, lançado pela ex-Presidenta Dilma Rousseff, presidenta de fato e de direito.

Em 2013, foram inauguradas em Campo Grande, Brasília, Curitiba, São Luiz, quatro casas. Ela é inédita pois tem, no mesmo local, Delegacia, Tribunal de Justiça, Promotoria Pública, hospedagem, atendimento social, psicológico e jurídico.

Ela fica no Cambuci, Rua Vieira Ravasco, nº 26. Ela está construída. Eu assinei o pedido de repasse de verbas de 13 milhões, 569 mil, 430 reais e 11 centavos, para o Governo Federal para manter a Casa por dois anos. Depois de dois anos, a Prefeitura e o Estado deveriam manter. Ela ainda não foi inaugurada.

Nós, como disse o Vereador Suplicy, queremos saber se o Governo Federal repassou esse dinheiro para o Município de São Paulo, porque é importante que isso seja feito.

Nós recebemos do Governo Federal a unidade móvel que é o ônibus lilás que, com uma equipe multiprofissional, atendeu 23 mil mulheres nas periferias da Cidade. Deu orientações gerais a 23 mil mulheres e atendimentos individuais a 450 mulheres. Muito nos preocupa saber que a unidade móvel não roda na cidade de São Paulo desde janeiro deste ano e que estaria sendo devolvida.

Nós, com a Secretaria de Assistência Social, promovemos um protocolo único de atendimento. Essa foi uma luta muito grande para termos um atendimento padronizado em articulação com a Secretaria da Assistência Social que tem sob sua gestão 5 casas abrigo. E o projeto é que no ano de 2017, as 5 casas abrigo viessem para a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, e outras políticas transversais foram trabalhadas e que se relacionam com essa área como a política habitacional e de iluminação da cidade, que foi em articulação como os Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres, indicando os locais de maior incidência de violência contra a mulher devido à escuridão.

Também na nossa gestão a Cidade de São Paulo assinou o convênio com a Campanha Compromisso é Atitude, o que proporcionou que nós, com a Comesp, com a Coordenadoria da Mulher do Poder Judiciário, pudéssemos implementar diversas ações e discutir o fortalecimento da Lei Maria da Penha na nossa Cidade.

Essas foram algumas ações que fizemos. Trabalhamos muito a participação social. Então, a implantação dos Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres junto às Subprefeituras e fizemos a 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da Cidade de São Paulo, que foi a maior conferência.

Com base nessa conferência, que precedida por outras sete temáticas, nós formulamos o 1º Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Então, o Plano teve base nas deliberações das conferências, nas sugestões dos fóruns municipais de políticas para as Mulheres, em audiências públicas, “convocadas com essa finalidade e realizada em diversas regiões”.

O Plano é transversal e, obviamente, tem ações para autonomia econômica e participação social, mas, na área de enfrentamento, à violência, ele prevê para o próximo período, até o final do segundo semestre de 2019, a implantação de duas novas Casas de Passagem na cidade de São Paulo, a inauguração de 8 novos Centros de Referência da Mulher, incorporação na rede de enfrentamento à violência das 5 Casas Abrigo que estão, atualmente, sob gestão de Smads, prevê construir um fluxo junto aos Centros de Acolhida para Migrantes, Centro de Referência para Imigrantes, para atendimento dessas mulheres, ampliação do Projeto Guardiã Maria da Penha, para as demais regiões; a capacitação da Guarda Civil Metropolitana, não só para o projeto Guardiã Maria da Penha e a realização de ampla campanha institucional de divulgação e aplicação da Lei Maria da Penha.

São alguns dos pontos importantes do plano.

Indo para a conclusão: o Plano tem metas e prazos, está disponibilizado no site, pelo menos, estava no site da antiga Secretaria, mas muitas pessoas o têm impresso, como as Vereadoras. Ele tem metas, prazos e responsáveis, Secretarias, porque, como a Ana Rita disse, é muito importante a ação transversal. Não adianta ampliarmos serviços de enfrentamento à violência se lá na escola, na Secretaria Municipal de Educação, não tem a igualdade de gênero prevista no currículo – a Vereadora Juliana Cardoso batalhou muito por isso no ano passado -, se não tem planos importantes na área da autonomia econômica, que a empodere e dê independência econômica para as mulheres, muitas vezes, ela não rompe com o ciclo de violência; se o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres e os Fóruns não têm investimento do poder público, todas essas políticas ficam vulneráveis e você não enfrenta, não muda a mentalidade machista da Cidade. Então, não se trata só de novos serviços, mas de mudar a cultura também e, por isso, o Plano é transversal e fala de participação política, autonomia econômica, educação para a igualdade de gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, direito à cidade e à cidadania cultural.

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Licença. É que a gente, realmente,

precisa garantir o tempo das outras pessoas.

A SRA. DENISE – Okay.

Uma frase para concluir: eu acho que o que está em discussão é um projeto para a cidade de São Paulo, onde a gente tem um Estado mínimo, pequeno, limitado, privatizado, ou se a gente tem um Estado grande que promove a inclusão social e a equidade. É esse projeto que está em disputa na cidade de São Paulo neste momento, e é fundamental para as mulheres um Estado forte, com políticas públicas de inclusão e igualdade de gênero.

Muito obrigada, Vereadora. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Obrigada.

Agora eu vou chamar a Professora de Medicina Preventiva da USP e da Rede Não Cala Ana Flávia de Oliveira.

A SRA. ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA – Boa noite a todas e todos.

Eu queria começar parabenizando por esta audiência pública as Vereadoras Sâmia Bomfim e Isa Penna, pela iniciativa, que é fundamental nessa hora.

Quero dizer que vou falar aqui como a Professora de Medina da USP e pesquisadora de violência e, também, como uma pessoa que atende casos de violência desde 2000 e que trabalha com isso desde 1994.

Então, quero começar dizendo que não tenho a menor dúvida do tamanho do problema e que a Isa falou uma boa parte do que eu tinha preparado para falar. Mas eu queria dizer a ela que tenho, mais ou menos, o tempo de trabalho com violência, provavelmente, o que você tem de vida, e a gente já sabe o tamanho do problema. Sabemos no Brasil e sabemos internacionalmente, no mundo inteiro, a OMS fez pesquisa sobre isso, e nós fizemos aqui no Brasil, e, em São Paulo, 29% das mulheres sofreram algum tipo de violência física ou sexual pelos parceiros no Município. Nas Unidades Básicas de Saúde, quando entrevistamos 3 mil mulheres, 45% sofreram alguma violência física ou sexual pelo parceiro. Sem contar, a violência na rua, 10 a 11% de abuso sexual na infância.

Então, é um problema de uma magnitude que chama muito atenção, pelo tanto que é naturalizado. Os feminicídios são a ponta de um iceberg. Quem trabalha com isso sabe, e qualquer pessoa terá no seu círculo casos de violência contra a mulher. A essa altura, se pensarmos bem, acho que não existe mulher que não tenha passado por um episódio de violência psicológica, física ou sexual. Isso é inadmissível. É uma violação aos direitos humanos e que tem uma consequência importantíssima para a saúde, uma consequência importante para a sociedade e precisa ser combatido com mudanças culturais e com assistência às vítimas, como a Lei Maria da Penha diz.

Então, queria começar chamando a atenção para o que já foi falado aqui, a importância dos organismos de políticas públicas para as mulheres e das Secretarias de Políticas para as Mulheres em nível municipal, estadual e federal. A importância que foi termos uma secretaria de políticas para as Mulheres no âmbito do Governo Federal e Municipal para a transversalidade das questões de gênero, nas diversas secretarias, o pouquinho de dinheiro que é atribuído a essas Secretarias, mas a sua importância política de incidência nas outras Secretarias.

Quero falar da importância das campanhas públicas para a mudança cultural e da importância da introdução do ensino de gênero, questões raciais e direitos humanos, desde o ensino fundamental até a graduação.

Como Professora da Faculdade de Medicina que os cursos de medicina não discutem gênero nem direitos humanos. Temos profissionais médicos que, depois, ficam chateados pela imagem que têm na sociedade, mas, também, não discute gênero no Brasil os cursos de enfermagem, psicologia, direito, educação. Então, quero chamar a atenção, como está escrito na Lei Maria da Penha, que a gente, realmente, incorpore as questões de direitos humanos, raça e etnia, gênero, na formação, porque garantirá uma formação de profissionais mais atentos à questão.

Quero chamar, também, atenção para a Rede. Tenho falado nas redes de

enfrentamento da importância da Delegacia de Defesa da Mulher e o quanto, talvez, tenhamos nos esquecido das Delegacias de Defesa da Mulher na medida em que ganhamos novos equipamentos, como Centros de Referência, Defensorias, Varas, mas a Delegacia é a porta de entrada. Elas estão abandonadas em termos de formação e treinamento.

Também quero chamar a atenção para a importância das profissionais e dos profissionais, basicamente, da Rede e da sua supervisão, que é um buraco da rede que a gente nunca conseguiu trabalhar condignamente, de forma responsável, porque não é fácil atender essas mulheres, e as pessoas que as atendem precisam de cuidados, formação e supervisão continuada. Para isso, é preciso verba.

Então, talvez, se eu tivesse que escolher uma coisa fundamental para a qual eu chamaria a atenção é a dotação orçamentária, por conta do enorme impacto que tem na sociedade esse problema gravíssimo, severo e de magnitude enorme, que é a violência contra as mulheres.

A gente já sabe o que precisamos. A gente precisa de um trabalho em rede, a gente precisa acolhimento, a gente precisa não julgar, a gente precisa da responsabilização dos agressores, a gente precisa de campanhas educativas. Todas as reuniões, de todas as redes na Cidade dizem isso, então eu acho que a gente já tem um bom diagnóstico.

Queria chamar a atenção para a importância da Casa da Mulher Brasileira, que está pronta e que precisa... é um absurdo ficar fechada ou acontecer alguma outra coisa com ela, que é o que eu tenho medo. Claro que a violência da mulher está baseada na desigualdade de gênero. Toda vez que a gente levanta essa questão, ela fere um monte de sensibilidade de pessoas que não querem perder seus privilégios. Então, nós precisamos encarar essa questão, unir todas as mulheres e todos os homens sensíveis a essa questão para uma transformação radical na sociedade.

Quero chamar a atenção para alguns buracos na rede, como eu chamo, especialmente na saúde, uma saúde mental com perspectiva de gênero. A rede inteira precisa

ter perspectiva de gênero, uma perspectiva familista, como a gente chama, que reponha a questão da importância da família, especialmente quando a gente trata de violência contra a criança. É muito perversa com as mulheres e por vezes é reiterada pelas próprias assistentes sociais, psicólogas, médicas e advogadas, que estão na rede. Então, nós precisamos trabalhar essa questão.

Quero chamar a atenção para a importância da moradia, do trabalho da geração de renda e da perspectiva de gênero na rede inteira. Sou da Rede Não Cala e quero dizer a vocês que temos casos gravíssimos de violência sexual no interior da universidade. Quero dizer a vocês que as próprias professoras da Rede Não Cala sofrem violência de gênero, que as mulheres que estão numa posição de poder como nós e como provavelmente as vereadoras sofrem um telhado de vidro e uma incapacidade de chegar aos postos de maior poder. É como se fosse uma barreira invisível e a importância da nossa união para superar isso.

E, por último, queria fazer uma proposta que tem surgido nas redes, de que a gente use uma experiência da saúde, que são os comitês de mortalidade materna, que investigam as mortes maternas, que são mortes evitáveis por definição e que a gente trabalhe também os feminicídios como mortes evitáveis. Que a gente possa trabalhar cada morte de mulher, olhar para trás e fazer uma autópsia verbal, como a gente chama na saúde, entrevistando todo mundo que trabalhou com aquele caso, não para punição da rede, mas para acharmos onde foram os pontos que falharam dentro da rede e na comunidade. Porque a sociedade inteira tem que estar mobilizada para isso para que possamos mudar as políticas públicas no sentido de que não morram mais mulheres por violência doméstica, sexual e nos espaços públicos.

E última coisa, nós sabemos por pesquisa que existem mulheres que têm mais vulnerabilidade. As mulheres negras, todo mundo sabe, sofrem mais violência, mas eu queria lembrar as mulheres moradoras de rua, queria lembrar as profissionais do sexo, queria lembrar as mulheres que têm algum tipo de deficiência física ou mental como mulheres de extrema vulnerabilidade, que precisam de políticas públicas específicas, ações afirmativas, porque as

mulheres não são todas iguais. Apesar de estarmos todas expostas à violência, estamos com vulnerabilidades diferentes e precisamos pensar de uma forma mais interseccional, com os diversos eixos de desigualdade.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Muito obrigada, professora. Tem a palavra o Sr. Sérgio Barbosa.

O SR. SÉRGIO BARBOSA – Muito obrigado pelo convite. Na verdade, deu um friozinho na barriga para falar em sete minutos de uma experiência de 21 anos de trabalho com homens autores de violência. Eu me lembro, porque na primeira reunião que a gente teria, a minha filha se antecipou e resolveu nascer naquele dia e tive que faltar à reunião para estar na maternidade. Então, são 21 anos de trabalho com essa temática.

Dentro desses 21 anos, a gente veio aprendendo muita coisa dentro do feminismo e dentro da questão de gênero. O trabalho com os homens não significa uma coisa diferente, não significa uma coisa oposta. Pelo contrário, significa entender principalmente aquele protagonista. Significa entender e ir atrás das motivações, das razões, mas não só isso, também provocar e ser provocado pelos homens. E nós, nesse processo todo, homens que cometem violência ou homens que não cometem violência, qual é a linha que os separa? Qual é a linha que separa de uma agressão?

Então, antes mesmo do surgimento da Lei Maria da Penha, já tínhamos uma experiência no ABC Paulista devido a uma conjuntura política, de uma abertura popular de orçamento participativo, onde foi possível introduzir o trabalho com os homens numa perspectiva de gênero, numa perspectiva de entender que a violência rompe com a dignidade da mulher, das pessoas e da sociedade.

Tivemos vários e vários exemplos e um deles eu trago aqui, que me impactou e impactou realmente o trabalho. Já com a Lei Maria da Penha, em 2008, na cidade de São Caetano, depois de seis sessões de um homem frequente, ele resolve falar. Ele resolve falar

quase durante duas horas sobre a sua situação e depois de duas horas abre sua sacola e coloca, numa mesa que tinha no centro, sua arma. Ele fala: “Vocês me convenceram a não matar a minha companheira”.

Então, a partir daquele momento olhamos um para o outro, assustados, e pensamos: “Realmente, acabamos de salvar a vida de uma mulher em São Caetano do Sul”. Isso em 2008, após um trabalho de seis encontros. Isso mostra a necessidade de se construir uma política pública, junto com todas as outras políticas, de enfrentar o protagonista da violência de frente, de cara. Eu acho que isso a Lei Maria da Penha nos traz como um modelo de superação de uma sociedade punitiva, punir pela punição. Uma sociedade nossa que merece e que carece de um outro modelo, que rompa os paradigmas das masculinidades hegemônicas e traga uma nova proposta para homens, para que essa masculinidade não seja mais uma masculinidade, que resolva os seus conflitos utilizando a violência.

Decorrente desse processo todo, desse acúmulo de experiências, foi possível formar outros grupos e, com isso, o tempo todo aprendendo, fazendo pesquisas, como foi falado: Instituto Avon, Ibope, e a necessidade de entender e compreender quem é esse homem, onde ele está, quem ele agride? E porque é importante atuar com esse homem para que diminua os índices de reincidência e não só o feminicídio.

Na cidade de São Paulo começamos a trabalhar no Fórum da Barra Funda e isso foi se estendendo, foi crescendo, foi ganhando um corpo teórico e uma massa crítica e a cada tempo isso vem melhorando e vem se discutindo. Outros homens pesquisadores, militantes, acadêmicos, vêm se agregando à necessidade de fazer projetos com os homens. Surgiu na cidade de Taboão da Serra, por iniciativa da Dra. Gabriela Mansur, um projeto que colocava o foco nos homens, chamado Tempo de Despertar.

Tempo de Despertar como esse processo de acordar e entender essa nova mulher, essas novas necessidades na sociedade a fim de que esses conflitos, que são parte de um relacionamento, possam ser resolvidos sem o uso da força, da violência. E até mesmo aquele

xingamento, aquele menor xingamento, ameaça, possam ser considerados crimes, pois muitos homens acham que a violência é só o olho roxo, é só a violência sexual, e entenderem que a violência se dá na própria postura, no próprio tom de voz, até na ameaça, até quebrar a louça, os pratos.

Então, o Tempo de Despertar, iniciado e aprovado pela Câmara Municipal de Taboão da Serra já está na sua quarta versão. Por dados de pesquisa de realização de levantamento de dados conseguimos ter um índice de reincidência de 3%. O trabalho é realizado junto com outras pessoas, junto com uma equipe técnica, que acompanha o trabalho. Então, se estabelece uma rede junto com a Justiça, junto com a Promotoria, junto com a rede de saúde, junto com a Coordenadoria Municipal da Mulher.

Isso só foi possível porque a sociedade se mexeu e se organizou. Os desafios que temos para a nossa sociedade são justamente, num tempo como esse, num tempo de desastre, de desmanche, como o que está acontecendo numa cidade como São Paulo, que deveria ser o espelho, que deveria dar diretrizes, a gente vê um retrocesso.

Agradeço muito a participação, venho aqui para aprender, pois essa é a postura do processo e do projeto Tempo de Despertar. Estar reaprendendo, estar num momento de checar, de rever, não para passar a mão na cabeça dos homens, mas justamente para ter uma nova proposta e um novo modelo de ser homem na sociedade, sem agredir as mulheres.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Obrigada, Sérgio. Tem a palavra à Sra. Domingas Bandeira Aranha Lima, Coordenadora do CRM Maria de Lourdes, do Capão Redondo.

A SRA. DOMINGAS BANDEIRA ARANHA LIMA – Boa noite a todos e a todas. Estou com tanta vergonha de estar aqui, vergonha não de comparecer a esse evento, mas de me expor, porque eu tenho certa dificuldade e gostaria de pedir a colaboração nesse sentido, se eu travar.

É com muita honra também de estar presente aqui e de ter recebido lá no CRM a presença da Vereadora Isa e sua equipe para falar um pouco do serviço que representa na região de Capão Redondo. Ele não está sozinho, eu tenho o CDCM também, mas é um serviço novo, como a Denise já explicitou. Chegou, em junho do ano passado, e já estamos com uma gama de mulheres que estão indo até o serviço. Isso para a gente nos deixa com uma certa alegria, porém tristeza. Alegria pelo fato de elas estarem deixando essa vergonha de se expor e irem até o serviço e dizerem que sofrem violência. E triste, pelo fato de ter que ir por sofrer violência.

Falando sobre rede, que é onde o CRM se encontra enquanto rede, é que eu vou falar um pouco. Essa mulher chega de forma espontânea ou através dos encaminhamentos da rede. Capão Redondo tem uma rede que se articula, se conversa, mas também ela é deficitária em alguns pontos.

O que encontramos de dificuldade lá também é o fato da delegacia não funcionar 24 horas. Isso é uma queixa das mulheres, pois é onde a violência doméstica acontece, principalmente nos finais de semana. Temos a DDM, é a 6ª DDM, mas ela não funciona nos finais de semana.

Uma coisa também que nos chama a atenção é a responsabilização do agressor, porque, às vezes, quando a mulher sofre a violência e ela faz toda uma trajetória: registro de boletim de ocorrência e está inserida para solicitar medida protetiva, mas, em alguns casos, quando há o risco iminente de morte, é ela que tem de sair da casa e romper com tudo que ela construiu ali naquele território, com sua família. E, no nosso entendimento, ela sofre uma nova violência, porque tem de romper com tudo isso, ela e os filhos, daí muda tudo.

Outra deficiência que encontramos também é quando há casos de abrigo, a questão de poucas vagas. São serviços que oferecem, mas são poucas: são 20 vagas para cada serviço e isso inclui os seus filhos e também algum parente, por exemplo, a mãe, que compõe essa rede de apoio, e que ela sofre, de certa forma, uma ameaça e risco também.

Então soma-se tudo, mas as vagas são poucas. Tanto para os serviços de SMADS, quanto, agora, para Coordenadoria de Política para Mulheres.

Outra deficiência – estou falando de deficiência -, mas outra situação que nós nos deparamos é com a equipe reduzida. Foi elaborado um projeto, uma política pública, onde a equipe é pouca para o número já de mulheres que chegam e que demandam dessa equipe.

E outra coisa também, que até já foi falada, que a Ana Flávia falou, é a questão das políticas não se falarem. Chamamos isso de intersetorialidade. As políticas estão incompletas, mas elas precisam umas das outras e é preciso se conversar. Às vezes, a mulher que passa pela UBS, ela perpassa pelo serviço da assistência, da educação. Mas quando ela demanda de algumas delas, parece que trava, não acontece. Daí fica o serviço, as técnicas, no caso, chamando – e é uma função chamar todo mundo – para que isso saia, atenda as demandas dessa mulher e de seus filhos também.

Estamos enfrentando também a questão do repasse de verbas. Foi citado já aqui, o Vereador Suplicy falou a respeito, tem atraso no repasse de verbas, e para nós, que estamos lá na ponta, é um dificultador muito grande, porque não se trabalha sem dinheiro. Porque às vezes a mulher chega do serviço e é preciso ter algo minimamente para oferecer, pois abrigar uma mulher com filhos não é uma tarefa fácil, nem rápida – às vezes ela fica o dia inteiro esperando -, então carece de uma atenção mais sensibilizada, como já foi citado também. E acredito que o Município precisa rever isso.

Bom, CRM, a Maria de Lurdes está no Capão Redondo, todos nós sabemos o quanto a região é deficitária de políticas, embora entendamos que Capão, Campo Limpo, a região de M'Boi, seja bastante articulada, mas há muitos lugares ainda que não têm serviços naquela região.

O ônibus que foi retirado, o lilás, por exemplo, seria uma proposta de chegar até o Horizonte Azul, lá no Jardim Jacira, que é limite – e também é meio – de Itapeverica da Serra e São Paulo. Não se vai. A mulher não vai até o CRM, ou até então um CDCM mais próximo,

porque a violência, além de tudo, deixa a pessoa escondida. A mulher fica escondida, invisível e até ela chegar lá, até ela ter esse momento de ir, demora. E a violência doméstica para quem lida, para quem atende, é uma questão muito difícil, e até a Ana Flavia falou da questão do cuidar dessas pessoas do cuidar dessas pessoas que trabalham diretamente com a violência, que não é um trabalho tão fácil assim de se fazer. É que nos choca também, nós, enquanto mulheres, também ficamos chocadas com as situações que chegam lá.

E a violência contra a mulher, em alguns casos – em alguns casos não, em todos os casos, como ela é perversa. O requinte de crueldade que se faz com uma pessoa, que não tem aquele digamos a força – talvez – de igual. São casos que nos deixa mal mesmo, nós, enquanto trabalhadoras na questão, no lidar com a violência doméstica, nos deixa impactadas e perplexas diante de um quadro de violência que uma pessoa impõe à outra.

Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Muito obrigada, Domingas, foi excelente. Quería passar, agora, para a Julia Drummond, pelo DeFEMnde.

A SRA. JÚLIA DRUMMOND – Boa Noite. Quero cumprimentar as mulheres da Mesa. Obrigada pelo convite, Vereadoras Sâmia e Isa.

Meu nome é Júlia Drummond, sou advogada, estou aqui representando a Defende, para quem não conhece, é uma rede feminista de juristas. Eu sou formada em Direito na USP e estou estudando Mestrado em Direitos Humanos, lá, e estudo a evolução legislativa do casamento e a mulher negra.

Estou no segundo ano de mestrado, então, já faz um tempo que estou estudando a relação entre a lei e as mulheres negras, porque, quando fazemos debate feminista, normalmente falta essa abordagem. Porque abordar a mulher negra, não é colocar nota de rodapé e falar: “as mulheres negras também sofrem mais”, ou “sofrem mais”. É falar, de verdade, sobre o que origina isso, pois quando se fala de Brasil, falamos de uma formação histórica racial, quer dizer, o que é a formação do Estado Brasileiro, a divisão dos três poderes,

se não se pensar numa formação de poderes por e para pessoas brancas, entendeu?

Então temos Colonização, Império, República e divisão de três poderes que tem, institucionalmente, o ingresso feito para pessoas brancas e o impedimento, quase absoluto, de pessoas não brancas. Então não temos a presença de pessoas negras e indígenas em espaços de poder, e isso influencia diretamente em qualquer tipo de discussão.

Então é sempre importante a gente trazer isso para entender que: raça no Brasil não é recorte, é essencial para entender formulação de política pública. E, falando nisso, e falando mais para a questão da violência contra a mulher em Judiciário, eu sou advogada autônoma – atendo principalmente mulheres e em casos de direito de família – e, por mais que eu não trabalhe com direito penal, está sempre vinculado, porque, enfim, normalmente uma mulher que sofre violência, ela tem filhos, ela mora com aquele homem que a agrediu, e ela precisa regulamentar visita, regulamentar pensão alimentícia e se livrar daquela agressão iminente, porque, às vezes, ameaça a própria vida dela.

E a rede, eu acho essencial toda essa formação de rede que vem sendo formada: CRM, as Casas de Acolhimento – como a Denise falou – e essa pesquisa que a Isa apresentou no começo é essencial, porque ela vai trazer dados.

Mas eu queria falar de duas coisas que acho importante quando falamos de violência contra a mulher: a dominação sexista, tipo machista, e racista, ela tem quatro eixos básicos - e quem diz isso é a Patrícia Collins, uma feminista negra interseccional -: que é o estrutural, o institucional, o hegemônico e o interpessoal – e, traduzindo, vou focar em dois agora, que são o institucional e o hegemônico.

O racismo e o sexismo institucionais funcionam impedindo que pessoas de determinados grupo não ascendam a espaços de poder, ou mesmo dentro de instituições como empresas e espaços do mercado de trabalho em geral. E o que isso tem a ver? No meu dia-a-dia – eu trazendo, aqui, minha experiência pessoal – existe uma dificuldade no Judiciário em lidar com advogadas, com mulheres advogadas, porque aquele é um espaço extremamente,

em primeiro lugar, acho que o Judiciário é um espaço extremamente hostil para advogados, porque, as instalações já são um saco, então eles não gostam da gente. Se você é mulher e negra, primeiro que nem acham que possa ser advogada, acham que você está lá porque é parte, esposa de preso, ou seja, você nunca é advogada. Não importa a roupa que você está usando. Você só é advogada depois que mostra a carteira da OAB.

E isso, por quê? É o exemplo do que é o domínio institucional que é negar esse espaço para pessoas não brancas, para mulheres, para indígenas, enfim. E o que acontece? O Judiciário precisa de capacitação desde muito tempo: dos juízes, dos servidores e dos estudantes de Direito. Eu estudei na USP então eu era um ponto preto, óbvio. Inclusive, queria avisar que ontem conseguimos aprovar quotas pelo ENEM para a Faculdade de Direito (Palmas), então ficou reservado 20% para PPIs e escola pública, e 10% para escola pública. O que é um avanço, pois são 190 anos, essa faculdade existe antes da Lei Áurea e ela forma os principais... enfim.

Agora, isso é racismo institucional, sexismo institucional. O Judiciário está acostumado a ver pessoas negras – e mulheres negras em especial – como objeto do processo, que aquilo ali não passa de um pedaço de papel para muita gente. E temos que, vejamos, só vamos mudar isso a partir da mudança da instituição, da estrutura dela. E isso tem a ver com outro ponto, que é o outro eixo de dominação, que é o hegemônico, que é a hegemonia, o pensamento coletivo sobre pessoas e, nesse caso, sobre mulheres negras. E porque existem diversos mitos sobre a negritude.

Acho que todo mundo aqui está familiarizado com várias frases feitas e ditos populares, como, por exemplo: mulher preta é para trabalhar, mulata para f... (desculpem a palavra) e mulher branca para casar. E isso é um dito que, apesar de antigo, ainda está vigente. E isso tem a ver com a violência também, porque, qual é essa principal diferença? Por que aumentou 54% em dez anos o feminicídio contra mulheres negras e contra mulheres brancas diminuiu? Graças a Deus, porque a gente não quer mais morte para ninguém, mas a

gente tem que entender que não estou, sabe... Porque a Lélia Gonzales, já na década de 70 falava: “gente, o movimento feminista e o movimento negro tem dificuldade de abordar questões das mulheres negras”.E eu queria fazer uma crítica aqui, pontual, à gestão passada em relação às secretarias, porque a gente tinha secretarias que apesar de serem de esquerdas, elas eram extremamente masculinas e brancas, todas elas. As únicas que mais tinham negros era a de Igualdade Racial e de Mulheres só tinha mulheres brancas praticamente. Não tinha só, tinha mulheres negras, mas tinha pouquíssimas. Aliás, o máximo de respeito à Nadia e tal, mas, enfim, era muito pouco. Isso é só um reflexo do racismo e do sexismo institucionais, que eu estava explicando.

Mas, voltando, essa diferenciação entre o que é ser mulher negra e o que é ser mulher branca, ela reflete diretamente na maneira como a violência se desenvolve. As mulheres negras estatisticamente são as que menos casam no Brasil, porque a maioria dos grupos étnicos raciais, casam entre si, mas no caso dos homens negros, a maioria deles casam com mulheres brancas porque... Por várias questões, mas isso tem a ver com a formação dessa ideia de que a mulher negra é só um objeto, ela é hipersexualizada. As mulheres, em geral, são sexualizadas, mas a mulher negra é hipersexualizada e isso se reflete na violência.

Então, a minha fala hoje é mais para trazer essa questão do Judiciário, da maneira como eu enxergo, como o Judiciário funciona, como eu enxergo esse funcionamento no dia a dia e a relação que isso tem a ver o racismo e o sexismo institucionais, com essa ideia de ver a pessoa negra e a mulher negra também, sempre com o objeto a ser analisada, ela é a esposa do preso, ela é a mulher presa, ela nunca é a juíza. A gente é advogada, mas somos poucas e somos mal tratadas.

Em relação à hegemonia. Uma coisa que eu gostei muito que a Vereadora Isa falou foi a de campanhas de educação, dessas que passam na televisão, porque isso tem que abordar a questão da mulher negra. Não sei se vocês viram, num dia desses uma estudante de

medicina compartilhou uma página de um livro de medicina que falava de doenças em relação à genitália feminina e aí tinha desenho de uma mulher negra sambista, passista, com os gringos assim. Era uma coisa absurda e estava num livro de medicina.

Vou finalizar, mas queria agradecer esse espaço, dizer que estou à disposição para mais conversas e para ser construtiva nesse sentido e muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Agora vou passar a palavra para a Sra. Gabriela Mansur, do Gevid, do Ministério Público de São Paulo.

A SRA. GABRIELA MANSUR – Boa noite a todas, a todos. Cumprimento todas as parceiras aqui presentes na pessoa da Vereadora; agradeço o convite.

Vou ser breve porque ratifico tudo que já foi falado aqui com muita qualidade, com muita propriedade, por pessoas com as quais trabalhamos bastante em conjunto, mas quero só fazer um raio x de como está o Ministério Público hoje no enfrentamento à violência contra a mulher.

Nós temos alguns projetos que são novidades, que estão em plena execução, que é o Projeto Integrar, que acho que é uma coisa que várias pessoas pedem, que é a capacitação da Polícia Militar, a capacitação da Polícia Civil e da Polícia Técnico Científica nos crimes de violência contra a mulher. Então o Ministério Público, com os grupos de trabalhos, está próximo, está em parceria com a Secretaria de Segurança Pública para realizar essa capacitação. É muito isso para ter esse acolhimento da mulher, esse atendimento humanizado. Nós continuamos com o Projeto Guardiã Maria da Penha, que é a fiscalização das medidas protetivas de casos graves em que esse acompanhamento da mulher em situação de violência pela Guarda Civil Metropolitana, e esse projeto está sendo implementado em outras regiões. O Projeto Acolher, que é aquela capacitação, aquela informação, aquele acolhimento da vítima que está com inquérito policial em curso e no momento em que aquele pedido e prazo para ter um maior prazo para o encerramento das investigações, essa mulher é chamada na Promotoria, numa palestra, com outras mulheres, em que há aí uma troca de informações e

passando para essa mulher como será dali para frente. Depois que ela denunciou, com está o processo, quais são os procedimentos, porque muitas vezes as mulheres vão à delegacia, fazem a denúncia e não sabem quais serão os próximos passos e elas ficam naquela insegurança. O projeto da saúde, da Dra. Fabíola Sucasas, que inclusive ganhou em segundo lugar no Prêmio Inovare, é um projeto brilhante e capacitação de agentes da saúde, que acabam levando para dentro de casa, acabam levando para outras famílias o tema violência contra a mulher, como enfrentar, quais são as formas de violência, para retirar aquela mulher daquele ciclo de violência, daquela escala da violência, conseguindo aí prevenir o feminicídio de uma forma. Há também a adoção das diretrizes de investigação de feminicídio da ONU-Mulheres, pelo Ministério Público, e nós estamos formando um grupo de trabalho entre os promotores e as promotoras de Justiça do Gevid, do grupo de atuação especial, com os promotores e promotoras de Justiça do Tribunal do Júri, porque é separado, quem faz até, aqui na cidade de São Paulo, os crimes de lesão corporal, ameaçada, injúria, difamação, calúnia, dano, esses crimes que não são dolosos contra a vida, estupro de vulnerável, eles ficam no Gevid, com as promotoras, só tem mulher, do Gevid. Porém, quando há a tentativa de feminicídio ou feminicídio consumado, que são os crimes dolosos contra a vida, pela competência constitucional, eles vão ser investigados e vão ser processados por um promotor ou uma promotora do Tribunal do Júri. Então eu entendi e as outras promotoras também, que havia necessidade de fazer uma conexão, um fluxo de informações entre as promotoras do Gevid e do Tribunal do Júri. Então está sendo montado um grupo de trabalhos, quem está coordenando é a Dra. Valéria Scarance, a Dra. Silvia Chakian e eu, com outras colegas em conjunto, para que nós possamos fazer essa articulação e ver principalmente as mulheres que estão como as vítimas sobreviventes de feminicídio. E também as diretrizes de investigação se aproximar da Polícia Técnico Científica, dos peritos, para que nós consigamos maiores resultados de condenação no plenário do júri.

Também temos aí uma novidade, cumprimento Sérgio Barbosa, e digo que hoje ele

falou do Tempo de Despertar, em Taboão da Serra, mas nós trouxemos o Tempo de Despertar para a Capital. Hoje ele foi implementado, teve até uma solenidade de implementação na zona Leste I, na Penha, onde atuo no Gevid nos dias atuais, e eu convidei o Sérgio para fazer essa parceria mais uma vez, e nós implementamos, em companhia com o Poder Judiciário, o Tempo de Despertar na Penha. Tem também o Projeto Vozes do MP, que é levar a Lei Maria da Penha, a questão de gênero, da violência doméstica familiar contra a mulher e da questão da violência contra as mulheres nas escolas e nas universidades para as escolas e ao final é feito um concurso em que os alunos apresentam as músicas que eles fizeram com as letras de proteção de direitos da mulher.

Agora eu falei as coisas boas, e vou fazer as minhas críticas para que fique registrado. Eu vou falar mais da parte processual e mais da minha atuação, sem fazer nenhuma crítica, porque cada Gevid tem um núcleo. Nós temos, eu trouxe hoje, até respondendo ao ofício da Vereadora, um, dois três, quatro, cinco, seis, nós temos sete núcleos na Capital. Então vou falar pelo meu, que eu assumi há pouco tempo e o que percebo? A falta de articulação da rede. Nós não sabemos muitas vezes onde encaminhar. Eu sei, porque trabalho com isso há nove anos, a gente acaba não sabendo como aproximar essa mulher, onde encaminhar e tem que haver, porque não adianta falar: vai em tal lugar. Tem haver uma maior articulação, maior fluxo na rede, se não vai ter um furo na rede, essa mulher vai ficar sem atendimento. Uma coisa que eu percebi, aí fazendo crítica, não crítica, chamando a atenção para a instituição Ministério Público, é a capacitação de pessoas de dentro do Ministério Público para atender as vítimas. Nós temos a equipe técnica que fica no Gevid central, mas, porém, nos núcleos regionais nós não temos pessoas capacitadas para o atendimento das vítimas de violência doméstica e isso me incomoda muito, porque várias vezes eu estou em audiência, não consigo fazer o atendimento, ou a gente faz o atendimento pela metade porque tem processo, tem medida protetiva, tem coisas urgentes e o oficial de promotoria ou o analista de promotoria, ou o estagiário não tem um conhecimento de gênero, um conhecimento de

violência doméstica para fazer esse atendimento. Isso me incomoda muito no dia a dia. Eu estou ficando extremamente incomodada com isso. Então, talvez, uma sugestão de capacitação dessas pessoas que trabalham nos núcleos, independentemente de serem assistentes sociais ou psicólogos, e também verificar a possibilidade de mais assistentes sociais e psicólogos nos núcleos, nas promotorias de violência contra a mulher.

Uma segunda crítica que eu falo aqui é a ampliação do Guardião Maria da Penha ou outros meios de fiscalização das medidas protetivas. Muitas vezes as medidas protetivas são necessárias, no meu entendimento elas são eficazes, mas não há essa fiscalização e nós jogamos nas mãos das vítimas o ônus da proteção da própria vida, com se ela tivesse nas mãos um papel, sem saber o que fazer com aquilo. Então é necessário para mim, para a prevenção da violência a fiscalização das medidas protetivas como Guardião Maria da Penha, fazer mais essa parceria com a Guarda Civil Metropolitana, o uso dos aplicativos dos celulares, também o uso – eu sei que o Sérgio é contrário, mas por algum momento ele é necessário - das tornozeleiras eletrônicas ou do botão do pânico. Nós temos aí vários entendimentos, mas eu entendo que um ou outro tem que funcionar.

Eu falei do fluxo de atendimento, falei da fiscalização das protetivas, falei de uma rede um pouco mais articulada. Se aproximem do Ministério Público, eu acho importante isso porque muitas vezes nós, promotores públicos, eu fico sozinha na Promotoria com seis mil processos, a gente não consegue fazer essa articulação, se aproximem do Ministério Público, porque tenho certeza de que todas as promotoras que atuam hoje no Gevid estão com as portas abertas e precisando dessa aproximação, e isso é muito importante, porque querendo ou não, as vítimas acabam parando no Ministério Público e quando nós pegamos um processo de indeferimento de medida protetiva, um processo de que a vítima não compareceu em algum lugar e nós precisamos, de alguma forma, inserir essa vítima na rede de proteção, nós não sabemos como encaminhá-la. Então se aproximem do Ministério Público, não fiquem esperando a gente chamar, porque a intenção é muito boa, mas falta tempo, falta esse contato

e nós estamos sempre de portas abertas.

Eu queria também deixar mais, a penúltima, eu prometo. Até por que, gente, hoje é dia 31 de março e eu nunca fiquei tão cansada na minha vida. Isso é bom, isso é muito bom, porque nós tivemos não só eventos, mas cursos, projetos, participação em várias atividades durante o mês de março, praticamente todos os dias, e eu realmente estou cansada, mas sabe aquele cansaço de satisfação pessoal? É muito bom. Por isso que eu vim, quero fechar com chave de ouro aqui. Eu entendo que nós precisamos abrir os olhos para os crimes da internet, nós não podemos mais silenciar sobre a violência virtual contra as mulheres. Sempre parafraseando Juliana de Faria: a internet odeia as mulheres? Nós vamos nos conformar com isso? Porque é mais um meio de cometimento de crime, é mais um local em que há um julgamento moral e social das mulheres e é mais um local onde nós não temos a liberdade das nossas escolhas. Então, nós temos que deixar esse tema fixado na CPI para que nós consigamos fazer alguma coisa. Há um projeto de lei que está para ser aprovado no Congresso Nacional, do qual foram retirados alguns artigos, tramitando de modo diferente do modo como foi proposto. Queremos e precisamos de ação penal pública para o processamento, para a punição dos crimes de violência contra a mulher. Entendo que todos os crimes contra a mulher devam ser incondicionados. Meu posicionamento é quase que isolado, mas entendo assim por vários motivos. Mas que sejam condicionados: a previsão da retirada imediata das fotos, das imagens, dos vídeos em redes sociais, independentemente da nova lei do Marco, do Código Civil. Também a previsão de danos morais e materiais para essa vítima, que, embora sofra com danos imensuráveis, precisa de uma resposta da justiça para diminuir a dor, o sofrimento e as perdas que sofre com a exposição de fotos íntimas, de fotos montadas em redes sociais.

Além da ação penal pública e da previsão de que falei, também o aumento das penas. Porque não podemos tratar de um crime que é cometido pessoalmente, que atingiu duas ou três pessoas, do mesmo modo como se trata um crime que em poucos minutos viraliza

e que faz com que em 24 horas mais de 1 milhão de pessoas tenham acesso às imagens. Tem de haver um tratamento penal proporcional ao dano e ao bem jurídico tutelado. Não é um crime contra a honra, é um crime contra a liberdade sexual.

Por fim, quero deixar registrado, tal como foi defendido por uma colega aqui – de cuja fala gostei muito -, precisamos lutar. Então, peço o apoio de vocês por mais mulheres em cargos de liderança nas instituições, no Poder Judiciário e no Ministério Público. Só assim vamos ter uma identidade, uma representatividade nesses casos de violência doméstica e em todos os outros casos. Precisamos também desse espaço.

Um bom e feliz início de pós-março para todas nós. Que nós consigamos colher os frutos daquilo que plantamos, principalmente no mês de março. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só quero dizer algo. Achei muito interessante a senhora falar, Dra. Gabriela, sobre essa questão da internet. Eu conheço – e acho que também as minhas companheiras – duas pessoas que ficam fazendo vídeos contra a minha pessoa, chamando-me de diversas palavras de baixo calão, inclusive entrando na rede social da minha filha para fazer essas injúrias. Há dois anos venho tentando ou tirar da rede ou ter algum tipo de defesa; e, juridicamente, é impressionante como não conseguimos respaldo. Isso nos marca muito, principalmente quando temos uma filha de 10 anos, que já sofreu inclusive violência dentro da própria escola por conta disso.

Essa é uma pauta que não se refere somente à minha pessoa, mas comum a muitas mulheres, principalmente quando – o que é mais grave ainda – essa violência viraliza na internet.

Achei muito importante pensarmos nisso e dentro da própria CPI, porque esse ponto tem de ser colocado para podermos avançar.

Por fim, vou me despedir de vocês, pois uma companheira minha está de partida para Nova Iorque, mas estou sintonizada no link Auditórios Online e ouvirei as falas que virão. Acompanharei a sequência deste encontro pela internet. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Quero anunciar as organizações e instituições presentes: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - Nudem, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica - Gevid, do Ministério Público do Estado de São Paulo; IBDU; Instituto Nice; Fórum de Mulheres da Zona Norte; Rede Feminista de Juristas - DeFEMde; Comunismo e Liberdade; LSR; Rua Juventude Anticapitalista; Mais; (ininteligível); Amapo SP; Instituto Herdeiros do Futuro; Partida.

Se alguém não foi anunciado, procure-nos, que faremos o registro posterior.

Como eu havia dito, as Vereadoras falaram inicialmente por uma questão regimental, por isso acabamos nos estendemos um pouco. Chamaremos agora os próximos participantes. A ata desta reunião e tudo o que foi dito constará das notas taquigráficas; ao solicitar essas notas, iremos elaborar um relatório com propostas que serão selecionadas e o encaminharemos às organizações e pessoas participantes. Dessa discussão também tiraremos encaminhamentos, tais como, por exemplo, a entrega do relatório a todas as Comissões da Casa e ao Poder Executivo.

Se todos concordarem, peço que as falas a seguir sejam de 3 minutos. (Pausa) A próxima oradora é Neon Cunha, da Associação Mulheres pela Paz. Depois, Sra. Janaína Garcia, da Jornalistas contra o Assédio.

A SRA. NEON CUNHA – Boa noite e obrigada a todos, obrigada à Mesa. Começo dizendo que me impressiona uma Mesa tão qualificada, mas que ainda não alcança a humanidade para uma parcela da população, que é a população trans. É bom nos lembrarmos de que este é país campeão em violência: o quinto no ranking mundial do feminicídio e o primeiro na destruição de vidas de mulheres travestis e transexuais.

Fico um pouco incomodada quando vejo tamanha qualificação da Mesa e a não inserção dessa visibilidade. Se invisibilidade mata - e estou aqui há 3 horas e 26 minutos -, fico imaginando quantas travestis e transexuais foram mortas nesse tempo de invisibilidade. Em

nenhum momento, a Mesa citou travestis e transexuais. (Palmas)

É mais preocupante porque não se trata de uma questão só do Brasil, mas do mundo. Em outubro, quando o Geledés me convidou a ir à OEA denunciar o feminicídio de mulheres negras, abrindo um recorte para as mulheres trans e travestir, fiquei sabendo que fui a primeira mulher trans a falar naquele órgão. Imaginem o quanto o mundo mata dessa população; imaginem o quanto este país, liderando o ranking nessas mortes, colabora para isso. Há 35 anos, testemunho o extermínio dessa população com a Operação Tarântula na cidade de São Paulo. Não vou me estender sobre isso, uma pesquisa no Google dará conta disso, mas, resumidamente, foi quando a sociedade civil junto com os governantes vieram a público dizer que era preciso higienizar a cidade de São Paulo, limpar as ruas dos anormais. Isso foi fala do ex-Prefeito Jânio Quadros publicada na *Folha de S.Paulo* e n' *O Estado de S.Paulo*.

Ou seja, estamos falando de quais mulheres? Quais mulheres têm direito à vida? As cisgêneras? De quais mulheres iremos defender o direito à vida? O que é esse movimento de mulheres transgêneras? E aí - com a especificidade: travestis e transexuais -, ele irá botar o dedo na ferida? E esta Mesa não me ter contemplado minha fala significa misoginia, e é a misoginia que antecede a todos esses crimes. Aliás, tenho cobrado dos homens gays que quando forem falar de homofobia falem da misoginia que a antecede, que é o modo como eu qualifico o ódio a esse homem que eu não quero reconhecer no máximo do macho. Eu atribuo a esse homem uma qualidade que não pertence ao homem; e, se não pertence ao homem, pertence ao segundo gênero. Se se refere ao segundo gênero, que nós mulheres representamos, então é misoginia.

A misoginia antecede, portanto, à homofobia; ela antecede a qualquer ódio contra qualquer mulher – seja cis, seja trans, seja periférica, seja negra, seja indígena, seja quilombola, seja ribeirinha. O que vai nos pôr nessa condição de violação de direito é justamente esse ódio explicitado neste país, que vai ter uma lei de feminicídio que faz questão

de excluir mulheres trans, dizendo que precisa de ela ter um sexo para ser mulher.

Cabe lembrar que a própria Lei Maria da Penha sofre uma ameaça, que a desqualificando quando usa o termo “gênero”, porque gênero não pode, mulher tem que ter sexo. Precisamos nos qualificar nessa escuta e nessa fala para enfrentar o tamanho dessa misoginia institucionalizada.

Finalizo lembrando que 90% da população de travestis e transexuais está na prostituição e que, para existir, essas mulheres precisam ser patologizadas. Muitas vezes, nessa patologização, o seu direito à reprodução é negociado: você vai tomar uma castração química, vai tomar um estradiol, um hormônio feminino e sua vida vai ser assim, negociada. Sequer é dito a essas pessoas sobre o direito à reprodução. É-lhes dito: “Você não vai ter condições”. Para essas mulheres, não oferecerão banco de esperma. Para os homens trans, sequer se falará na possibilidade de congelamento de óvulos.

Parece-me que essa ideia de eliminar um processo de vida está institucionalizada, e não vejo ninguém preocupado com isso. Na verdade, o que essa população vem dizer sobre gênero é que nós, sim, precisamos repensar o gênero, ressignificar o gênero como forma de expressão de vida humana. Mais do que isso: não me senti contemplada porque essa dignidade humana não me alcança, essas mulheres estão pedindo o direito de ser, de ter a dignidade humana, coisa pela qual todas as outras mulheres cis também vão lutar, que é o direito apenas de ser quem se é e, a partir desse direito, de existir. Nós morremos. Nós mulheres trans, nós mulheres cis morremos porque ousamos existir. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Chamo a próxima oradora, Janaína Garcia. Depois, Valéria Rodrigues, do Instituto Nice.

A SRA. JANAÍNA GARCIA – Boa noite à Mesa e aos presentes. É um pouco estranho estar deste lado porque sou jornalista e geralmente estou do lado de lá ouvindo as pessoas que estão aqui de um modo geral.

Sou uma das fundadoras de um movimento que começou ano passado em São

Paulo, ainda que não seja de São Paulo, que é o Jornalistas contra o Assédio. Esse movimento começou a partir de um caso de assédio sexual contra uma estagiária do Portal IG. Ela havia sido assediada por um cantor no exercício, aliás, ilegal da atividade dela. A partir daquele momento, algumas mulheres jornalistas acharam que seria o caso de manifestarmos, de alguma maneira, solidariedade àquela garota, porque poderia ter sido qualquer uma de nós. Fizemos um vídeo a partir de vários depoimentos que outras mulheres jornalistas ouviram e ouvem ao longo da carreira, e isso foi algo que nos chamou muito a atenção. Estamos muito acostumadas a falar do assédio dos outros, a reportar isso na nossa atividade, nós, como formadores de opinião, estávamos jogando muita coisa para debaixo do tapete, naturalizando aquilo que jamais deveria ser naturalizado.

O assédio, hoje, é uma realidade em várias atividades, por isso acho muito importante haver essa Comissão - como eu estava falando com a Vereadora Sâmia, um pouco antes - ter também essa abordagem que a CPI vai ter de violência, também no ambiente de trabalho, porque ainda que o nosso coletivo fale do nosso meio, das jornalistas, nós sabemos que assédio moral, assédio sexual é uma realidade hoje para homens e mulheres, mas principalmente para mulheres em qualquer atividade profissional. Conseguimos abrir esse debate no meio jornalístico que ainda é muito complicado para admitir as próprias falhas.

É um assédio que acontece diuturnamente, não só nas redações, mas também fora delas. Assédio de fonte, entre os colegas de trabalho, entre chefes e não chefes, principalmente aquele assédio velado que desconsidera a opinião da mulher e a sua capacidade como chefe, como uma pessoa que pode ter um poder de decisão. Isso não é uma realidade só nossa, a gente tem consciência disso.

Agora, saber que há possibilidade e que a gente precisa desnaturalizar esse tipo de comportamento, eu acho que é algo que, aos poucos, estamos fazendo. O machismo ainda é uma barreira muito forte, inclusive, entre a gente.

Hoje, nós tivemos um episódio muito emblemático do ator de uma novela, da *Rede*

Globo, que praticou assédio contra uma figurinista, ou seja, uma pessoa, pensando numa escala hierárquica, como que ela fica nisso?

Muitas mulheres e sentiram tocadas por aquilo. Só que a gente precisa apontar o dedo, falar e deixar de achar que vítima é a culpada, que abriu espaço para aquilo. Se nós jornalistas que estamos acostumadas a reportar o assédio como uma prática incorreta daqueles que são os nossos objetos entre aspas de reportagem, que dirá entre nós. Esse é o debate que a gente levanta.

Eu convido também, não só na CPI, mas entre vocês mulheres e homens, essa é uma campanha que teve um foco inicial nas mulheres, ainda é um público muito mais vulnerável, mas acho que é uma campanha de todos nós, homens e mulheres, não só de jornalistas. Acho que todo mundo tem de começar a levantar esse debate dentro do seu ambiente de trabalho, deixar de ver aquilo como natural e começar, de alguma maneira, constranger essas práticas até que a gente consiga achar que feminismo não é o chavão que as pessoas acham que como oposto do machismo. Não. É a gente discutir igualdade de uma maneira bem ampla.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Valéria Rodrigues.

Antes de passar para a próxima inscrita, sobre a fala da Neon, eu queria dizer que deve mais do que ser, e será, incorporada à crítica e que está perfeita. E pedir desculpas.
(Palmas)

A SRA. VALÉRIA RODRIGUES – Boa noite a todas e a todos, boa noite à mesa.

Obrigada pelo convite.

Complementando a fala da minha amiga Neon são quase três horas que estamos aqui e realmente foi falado de todos – ou quase todos – tipos de mulheres.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. VALÉRIA RODRIGUES – Inclusive.

Sempre, nós mulheres transexuais, somos invisibilizadas, somos deixadas.

Quando tem um programa de DST-AIDS aí nos incluem para fazer uma campanha, quando alguém precisa aparecer às custas do movimento trans, vai e chama duas ou três transexuais, duas travestis, para fazer uma foto, uma filmagem de dois ou três minutos e palmas para elas. Não.

Nós não vemos mulheres transexuais e mulheres travestis trabalhando em órgãos públicos ou sendo inseridas de alguma forma. Para conseguir um pouquinho de visibilidade nós temos que negociar quase a nossa alma.

Quero dizer que o Instituto Nice, de apoio a mulheres transexuais e mulheres travestis, está vindo para somar, para buscar os direitos que nos são negados todos os dias, porque a única coisa que está lá nos esperando são as esquinas, a esquinas e os crimes bárbaros.

Só neste ano, já passou de 140 o número de transexuais e travestis mortas, quando vão nos matar não nos dão um tiro. Se for tiro serão 13 ou 15, se for facada enquanto não destruírem até a nossa essência a coisa não está perfeita para eles.

Quando vocês forem fazer políticas públicas para as mulheres incluam as mulheres transexuais e as mulheres travestis, entenderam? Procurem inseri-las nos seus espaços também, seja no Judiciário, no Legislativo, onde for, nós precisamos ter essa visibilidade e estar nos lugares para que seja rotineiro, para que seja algo normal. Quando uma pessoa olha uma transexual ou uma travesti no ônibus ou no metrô começa acotovelar-se. Puxa vida, somos algum extraterrestre! Não. Então vamos abrir essa oportunidade de nos inserir.

Aproveitando esta audiência pública, quando for citar saúde, trabalho, educação, insira as mulheres transexuais e as travestis.

Boa noite a todas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Queria chamar a Lucilene, da Anhanguera.

A SRA. LUCILENE – Boa noite. Meu nome é Lucilene, sou da Anhanguera, no

Campo Limpo, vou falar sobre as mulheres nas empresas. O que acontece? Na questão da violência, quando as mulheres estão na empresa, acontece muito como no meu caso. Vou citar o meu caso, mas é também de muitas outras.

Opero empilhadeira, dirijo caminhão, para chegar aqui, infelizmente não foi fácil, porque fui uma pessoa vítima da violência e resolvi traçar o meu caminho. Graças a Deus deu tudo certo, está dando. Hoje, estou terminando a faculdade de Serviço Social.

Acontece que quando as mulheres entram num ambiente onde só há homens, elas são muito maltratadas. Muito maltratadas, entendeu? Não adianta.

Muitas vezes eu vejo, porque já aconteceu comigo estar numa empresa e ser motivo de chacota. Eles esperam muitas vezes que você derrube a carga, que tombe um caminhão ou faça alguma coisa, para ficar aquele grupinho, muitas vezes somos excluídas, ficamos num canto. Não é em uma nem em duas empresas, mas são várias que acontece isso, principalmente com mulheres em cargos que só tinham homens.

Eu gostaria muito que começassem a observar isso, irem nas empresas, porque é muita discriminação.

Muitas vezes as mulheres, hoje em dia, por estarem na frente, ajudando os homens, não é o meu caso, mas para agregar na condição de alimento em casa, no aluguel, ela precisa desse serviço. Acontece que muitas vezes ela tem de se sujeitar a muitas coisas. Mas quando ela luta, como no meu caso, que é uma luta desigual e só, fica muito difícil. Se ela for ao Ministério do Trabalho denunciar a empresa, como eu, no dia seguinte estava na rua. Entendeu?

Cheguei na pessoa do Ministério do Trabalho, expliquei para ele: e agora, estou na rua? Eu denunciei, eu fiz tudo. Ele disse que não poderia fazer nada. Isso não foi só uma vez.

Acontece que eu quero mudança, chega! A mulher existe ela está aqui, ela precisa trabalhar. (Palmas) Eu tenho a mesma fala da Janaína, chega! Para! A mulher tem o seu lugar onde quiser e ponto final. (Palmas)

Você pensa que mudou? Isso começou em 2009, nós estamos em 2017, continua a mesma coisa. Só que hoje eu estou no serviço social, estou para mudar. Espero a ajuda de vocês.

Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Queridos, eu quero pedir, serei um pouco mais rígida no tempo. Tudo bem? Ninguém vai ficar bravo, não é?

O Vitor.

O SR. VÍTOR – Boa noite a todos, boa noite à mesa. Nós estamos no Século XXI, gente! E ainda tem esta obsessão de paradigma. Tem que parar com isso. O rapaz que ofendeu – não é você, não. Calma! Calma! Calma! Não é você. O rapaz que ofendeu a outra no elevador precisa de educação. Ele precisa voltar para casa e ter educação.

Eu só preciso de algumas coisas. Eu não preciso de nada. A outra falou que tem que ir à polícia, tem que falar, o lugar que for tem que falar. No lugar onde eu for também tenho que falar. Porque muita gente vai pensar que estou alcoolizado, mas não estou alcoolizado. Eu sofri um acidente. É por isso que tem que falar.

Não tenha vergonha de falar, não. Fale com o peito aberto, fale com a alma.

Pessoas trans, pessoas não sei como falar aqui, eu digo uma coisa: vocês estão incluídas na sociedade, todos vocês. Está certo.

Obrigado. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Agora eu quero chamar a Rute, da União de Mulheres do Município de São Paulo. Depois, quero pedir para chegar junto também a Sílvia, do Mais.

A SRA. RUTE – Boa noite a todos e a todas. Depois de mais de três horas ouvindo e o esvaziamento da plenária, acho que esse lugar da sociedade civil de poder trazer de fato elementos que possam colaborar com esta CPI, enfim, com a audiência pública, averiguação das situações que trazemos, fica prejudicado. Então novamente, a gente da sociedade civil tem

a fala prejudicada. E aí um rigoroso controle da fala da sociedade civil.

Pois bem, por falar em fala, quando pensamos em situação de violência doméstica e familiar, uma das coisas que temos batido com bastante intensidade é na fala das mulheres, no sentido de que as mulheres tem de ser protagonistas.

Então cadê essas mulheres para falarem a respeito do que elas querem para essa saída da situação de violência. O que elas entendem como alternativas e possibilidades. Quais são as demandas delas e a partir daí articularmos as políticas públicas.

Quando as mulheres são protagonistas, é o que as companheiras Neon e Valéria já trouxeram, a gente vai pensar nessa mulher transexual, travesti, idosa, com deficiência. A gente vai pensar nessa adolescente, onde é atendida? Na política atual onde atendemos as adolescentes? Quando ela chega numa situação de violência doméstica com 16 anos, o abrigo dela vai se dar aonde? Num Saica? O que acontece no Saica? É especializado em situação de violência? O abrigo sigiloso vai receber essa adolescente?

Então há uns gargalos e é preciso mudar um pouco o foco. Cadê as protagonistas. Como entendemos a partir de olhá-las nessa história, nessa situação e ver quais são as demandas delas. E pensar: as mulheres em situação de violência como são atendidas? Elas chegam aos serviços? Quando chegam aos serviços quais são as possibilidades oferecidas para saírem da situação de violência?

Se há violência doméstica sofrida pelo seu companheiro, pode ser dos menores males na situação de rua. E ela estar ali com esse autor da agressão é uma proteção para ela, já que ela sofre agressão de um, não de 10, ou de tantos outros. E como a política pública dialoga com essa mulher. Onde é atendida? O que fazemos com ela?

E a partir disso, de colocarmos as pessoas que necessitam, que estão na situação de violência como protagonistas, vamos começar a repensar que equipamentos oferecemos para essas pessoas. Será que o abrigo sigiloso, uma casa de passagem na Cidade e centros de acolhida para todas as pessoas, e não estamos pensando em especificidades. Essa mulher

com nove filhos, o que fazemos? Colocamos num centro de acolhida com 20 vagas e aí?

Entre outras tantas coisas. Então a partir do momento que a gente conseguir entender que tem de olhar essas vozes e essas necessidades, vamos ver que a política que estamos discutindo aqui tem que ser repensada. Vamos precisar renovar essa política. Ela já não atinge mais as suas expectativas, os equipamentos que a gente trabalha, as instituições com as quais a gente trabalha, provavelmente estamos trabalhando equivocados, porque fazemos o contrário, quando essa mulher chega temos um molde e tentamos colocá-la no molde. Se a mulher faz uso de alguma medicação não pode. Está alcoolizada não pode. Utiliza outras drogas não pode.

Então quem pode, quem cabe na política pública que temos nos modelos atuais?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Agora é a Silvia e depois a Isabel Bernardes, da Rede de Enfrentamento à Violência.

A SRA. SILVIA – Queria cumprimentar as Vereadoras Isa Penna e Sâmia, nossas Vereadoras feministas. Fui provocada pela questão das mulheres trans, então quero trazer aqui um dia que foi muito marcante para mim, em que as mulheres trans e travestis foram protagonistas nesta Câmara, que foi a luta travada no ano passado contra a questão da exclusão de gênero do plano municipal de educação.

E não foram os grupos feministas tradicionais que vieram fazer essa luta aqui. Lembro que vim ao plenário, estávamos em cima, e a maioria das mulheres que estavam lutando para que não saísse a questão de gênero do plano municipal de educação eram as mulheres trans e travestis.

Então isso me marcou bastante, inclusive, do outro lado estava a turma religiosa fazendo provocações. Então vocês são protagonistas da luta das mulheres, porque a questão da inclusão, da discussão de gênero nos planos educacionais é fundamental para combater a violência, porque muitas vezes falamos da violência só quando ela está no último estágio, que

é o feminicídio, a mulher agredida, violentada, mas não falamos das tantas violências que o Estado renega, a falta de oportunidades, a gente combater essa violência antes dela acontecer.

E um desses momentos fundamentais é a Educação. Então quando esta Casa votou retirando a questão de gênero do plano municipal. Ou quando o Congresso Nacional votou retirando também a questão de gênero do plano nacional de educação, cometeu uma violência que tem consequências inúmeras, tanto para as mulheres trans, travestis, todas as LGBTs, mulheres negras e para todas as mulheres.

Então temos de começar a falar de violências, porque é uma gama de violências que sofremos o tempo todo. E não posso deixar de dizer, depois de ter vindo da manifestação que fizemos na Av. Paulista e Consolação hoje, que estamos vivendo uma grande violência, as mulheres em particular, que é a reforma da Previdência.

Não posso deixar de dizer que hoje o Governo Michel Temer aprovou a terceirização, outra violência que vai atingir principalmente as mulheres, porque já atinge hoje as mulheres. E na sua maioria, mulheres negras, pobres, da periferia.

Então estamos vivendo violência o tempo todo e temos de parar de ver só o último estágio da violência e começar a combater as causas dessa violência. Na verdade esse sistema que é um produtor de violências. Enquanto estamos combatendo a violência lá no seu último estágio, na verdade temos um sistema de políticos, um sistema econômico que produz violência todos os dias.

E temos de lutar contra esse sistema e hoje passa por lutar contra a reforma da previdência, contra a terceirização e todas essas reformas que estão arrancando os poucos direitos que as mulheres têm no nosso país.

É isso. Sendo bem breve ainda falei três minutos. Muito obrigada.

A SRA. ISABEL BERNARDES – Olá, meu estômago está borboletando, minhas mãos estão tremendo, este lugar é bem estranho mesmo.

Isa, queria fazer uma crítica construtiva. Gata, você é muito prolixa. Você tinha sete minutos e falou 20. Então não vou falar dois, vou falar o tempo que precisar. Duas horas e meia de mesa falando numa audiência, é inaceitável. É uma audiência pública, não é uma palestra. Se eu soubesse que a gente ia ter uma palestra eu teria ido à manifestação. E aí teria chegado à hora que a colega que acabou de falar chegou, que é a hora que vocês queriam falar com a gente. Que vocês queriam ouvir a gente.

O Suplicy falou que ia entregar um documento para a Secretaria de Direitos Humanos, para a Coordenadoria da Mulher. Queria lembrar que os serviços de enfrentamento à violência contra a mulher não estão só nessa Secretaria. Muitos estão na SMADS. Então a SMADS precisa ser acionada também.

Muitas formas de enfrentar a violência contra a mulher, que não é só violência física, estão na Secretaria de Saúde. Então levar essas capacitações para a UBS, transformar todas as UBSs em ESF, porque é por meio das visitas domiciliares que você protege as mulheres, é fundamental. Acionar a Secretaria de Habitação que deveria conceder os aluguéis sociais ou outras formas de moradia social ou definitiva para essas mulheres e para todo o resto da população.

Quando falamos em moradia, parece que estamos falando de favor, de privilégio. E nessa Cidade, nesse país, morar ainda é privilégio. Quando encaminhamos esse tipo de problema para o Judiciário - muitos problemas de moradia -, todos os dias, na minha Regional, atendemos questões de moradia. Pessoas pedindo, pelo amor de Deus, um apoio para poderem deixar o local onde estão. E não são só mulheres em situação de violência, mas essas principalmente são as que me preocupam, e não temos resposta.

E entramos em contato com a Sehab sim. E as colegas da Sehab reconhecem que precisam receber esses apoios, esses subsídios. Só que não recebem. Tudo parado há mais de um ano. Não é nem essa gestão. É anterior a ela.

Migalha não é cumprir a Constituição. Moradia é direito constitucional, não é favor.

Entramos numa questão bem complexa que é a questão da terra quando discutimos isso. No final das contas ter um canto seu é terra. É ter um canto que ninguém tira. É ter o descanso, proteção. É o lugar onde você não será atacada, em tese. Aí entramos em outra discussão com relação à questão da violência contra a mulher.

Mas sugiro que todas essas discussões sejam necessariamente encaminhadas para a Secretaria de Habitação. Necessariamente encaminhadas para a Secretaria de Saúde. Necessariamente o atendimento às mulheres em situação de violência ou não; às mulheres cis ou trans; mulheres brancas, negras, indígenas ou quaisquer outras mulheres. Pessoas que têm casa e pessoas que estão na rua; pessoas que se drogam e pessoas que não se drogam. Seja laico, porque quando entramos com moralidade acabamos com qualquer discussão.

E a Ramalho também diz que a gente deveria propor coisas, tem tanta coisa para propor, mas queria propor a princípio que o CRM de São Miguel seja reaberto. Que sejam contratadas equipes para os CRMs e para os CCMs. A Denise falou um pouco aqui de como ela nunca conseguiu contratar equipe de verdade e não terceirizada. Isso é fundamental, porque o trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher é um trabalho de embate cotidiano, é perigoso. Você pode ser demitida por qualquer coisa, qualquer vírgula que você diga.

Contratar mais gente para o CRM 25 de Março, porque é um absurdo que o atendimento de pessoas em situação de violência doméstica, mulheres em situação de violência doméstica, violência psicológica gravíssima. Não estou falando só de violência física. A violência física para mim é o de menos. Eu me preocupo com a violência que ninguém liga, com a violência psicológica, moral, patrimonial. Com mulher que não recebe pensão e tem que viver em prol de fazer a parte do outro ser humano que colaborou para gerar filhos.

São essas violências que me preocupam e essas violências estão sendo atendidas por estagiárias de psicologia. Quando essas estagiárias saem de férias o atendimento cessa. E não estou falando de uma coisinha à toa. Não é de uma vez que isso aconteceu, de eu ligar no

serviço e pedir um *feedback* de “X” caso, a pessoa não sabe nem do que estou falando. Não tem registro, não tem laudo, não tem relatório, porque é uma estagiária de Psicologia que está atendendo. Isso é inaceitável. Inaceitável. Eu tenho estagiária. Tudo que a minha estagiária faz eu sei, porque ela registra e eu estou supervisionando. E tudo bem, claro que as estagiárias, ali, estão sendo supervisionadas, mas elas não têm de fazer os atendimentos absolutamente difíceis, que chegam de vez em quando. Teve um caso que atendemos na Regional Central, que até hoje, se estiver sendo atendido, certamente está sendo atendido por uma estagiária de Psicologia. Nem a UBS deu conta, nem o CAPS ADI, nem o CAPS Adulto, nem ninguém deu conta desse caso, porque era uma situação de violência psicológica tão grave que ninguém sabia o que fazer. Nem medida protetiva servia, porque quando ela ligava para a Polícia, se o cara não estava lá, a Polícia não vinha. A Polícia pergunta expressamente: “Mas ele está aí”, se existe a medida protetiva. E se ele não está, eles respondem: “Ah, mas então não podemos ir”.

E a Aline também falou que a CPI genérica, que ela propôs, é uma boa. Eu fico me perguntando por que é uma boa se, daqui a dez anos, vão perguntar: “Ah, mas teve lá a CPI que falou de todos os problemas de vocês, mulheres. Não precisa de outra”. Esta daqui é só sobre a violência. No ano que vem, poderíamos fazer sobre a Saúde. No outro ano, sobre a Sehab. No outro ano, sobre... Agora, temos uma que durará cem anos. Poxa, que ideia genial!

Ah, enfim. Estou p..., gente. Desculpem.

Tem coisa demais para falar, mas acho que, basicamente, é isso. Ah, e instituem serviços de enfrentamento à violência com relação ao atendimento dos homens, um por bairro, porque está f... Um por bairro. Não é um por distrito, um por macrorregião. É um por bairro, no mínimo. (Palmas)

E não é para tirar o dinheiro da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Política para as Mulheres que, aliás, deveria ser refeita, obviamente. É para tirar da Secretaria de Segurança. Eu não sei o nome, no Município. Mas é da Secretaria de Segurança que é para

tirar esse dinheiro, não das mulheres. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Rapidamente, gostaria de esclarecer que todas as críticas, que estão sendo feitas, serão, com certeza, incorporadas. Que as reuniões de preparação desta audiência pública foram abertas e tentamos convidar, inclusive, a União de Mulheres. E peço desculpas pelos 20 minutos, mas é que elaboramos um relatório de 15 páginas. Então, eu tentei, ao máximo, expressar todo o conteúdo - peço desculpas, mesmo -, a partir dos levantamentos que fizemos.

Tem a palavra a Sra. Val, da Partida.

A SRA. VALQUÍRIA ROSA – Boa noite. Sou Valquíria Rosa, da Partida Feminista. E vamos fazer uma fala compartilhada.

Comece.

A SRA. CARLA – Primeiro, parabênizo a Sâmia e a Isa, pela iniciativa da audiência. É muito importante e satisfatório, para nós, termos esta Mesa composta quase 100% por mulheres. Nunca tinha visto isso acontecer aqui. Não sei se alguém já tinha visto. Mas acho que é inédito.

Então, isso é uma conquista. Parabéns.

A Partida fica lisonjeada de participar deste momento histórico, na Câmara Municipal de São Paulo, depois de tudo que passamos aqui, no Plano Municipal de Educação, na questão de gênero. As nossas companheiras trans, que também são Professoras da rede municipal, e sabemos como esta Câmara está de costas para as nossas demandas.

Então, estar aqui, hoje, nessa posição, com essas companheiras, é incrível e parabéns pela coragem e pela ousadia.

Queria só fazer um adendo sobre a importância da audiência, a importância da CPI, a importância dessas iniciativas, porque estamos precisando muito que o Poder Público incorpore, de forma urgente, essas demandas. Digo isso porque estamos vendo um discurso, inclusive nesta Casa; inclusive aconteceu aqui, hoje, de mulheres com discurso bem neoliberal,

tratando as questões da violência contra a mulher como algo individual. E nós acreditamos e temos convicção de que essa luta é coletiva e que ela tem de começar no Estado. O Estado tem obrigação de fazer esse debate, de trazer para as políticas públicas a questão da violência contra a mulher. Então, não é individual.

O empoderamento econômico é importante. O empoderamento feminino individual é importantíssimo, mas ele não tira as mulheres de situação de violência. Ele é uma das questões. O que tira as mulheres de situação de violência é um combate coletivo dentro do Poder Público, e um combate ao ciclo de violência que começa na escola.

Então, era isso que eu queria dizer. Obrigada e a Val vai terminar.

A SRA. VALQUÍRIA ROSA – Ela é a Carla.

Não estamos acostumadas a frequentar esta Casa, porque somos do sistema representativo, votamos. Então, frequentamos, aqui, de vez em quando, porque as pessoas que estão aqui são as nossas representantes. E este momento exige muita participação social.

Então, primeiro, gostaria de pontuar, como não estou acostumada a visitar esta Casa e acho que temos de diminuir e buscar o fim da violência de todas as maneiras. Acho que tem de haver, além de um respeito – com todo respeito à diversidade religiosa -, o nosso Estado é laico. Respeito muito essa imagem, mas ela não deveria estar aqui. (Palmas) Não tenho nada contra a imagem de Jesus Cristo, mas ela não deveria estar neste lugar, porque o nosso Estado ainda é laico.

E desejamos muito que a Bancada feminista, das 11 Vereadoras, possa perceber o estado de mal-estar social que estamos vivendo, muito contrário do que o estado que desejamos. Desejamos que a Bancada encontre e procure incessantemente saídas para garantir as políticas públicas que nós, mulheres, construímos ao longo desses tempos.

Alguém falou sobre a retirada das redes sociais. Acho que também temos de batalhar para a não exposição das pessoas na mídia televisa, porque existe uma coisa muito homofóbica, muito racista nos programas de televisão da cultura de massa, da mídia de massa,

que constrói muita discriminação, muito racismo, muito preconceito.

Que todas as 11 Vereadoras femininas e feministas fiquem atentas às violências sutis e hediondas, que acontecem a todo tempo aqui e fora daqui.

Gostaria de dizer também hoje, 31 de março, 53 anos do Golpe Civil Militar, que homofóbicos, lesbofóbicos, transfóbicos, racistas, machistas, fascistas não passarão. Tortura nunca mais. (Palmas)

Fora Temer.

A SRA. PRESIDENTE (Isa Penna) – Tem a palavra a Sra. Camila Gomes, do Fórum de Mulheres da Zona Norte, para fechar com chave de ouro.

A SRA. CAMILA GOMES – Boa noite.

Sou Professora da rede municipal, que estava em greve até agora há pouco. Fim da greve, mas nunca o fim da luta!

Sou do Fórum Municipal, Delegada eleita pela sociedade civil, na Vila Maria. Falarei em nome da macronorte.

Temos um fórum que foi instituído na Gestão passada e nos mantemos sobrevivendo com a militância do território. A Secretaria pode, politicamente, ter terminado, mas a luta das mulheres não. E nos mantemos no território, nos encontramos periodicamente, pautando e inserindo uma política pública de lá.

E, aí, dentro disso, nas próximas semanas, no dia 8, teremos a Conferência de Saúde da Mulher. Por acreditarmos que os nossos serviços e equipamentos estão na Saúde, nos mobilizamos, na Cidade, para participarmos dessas atividades. E, aí, este Governo vem e coloca a questão da discussão do Plano de Metas na mesma data da Conferência da Saúde. E acreditamos que isso só possa ser uma manobra. Ele está tirando as mulheres da discussão política do Plano de Metas, porque nós nos articulamos para estarmos na Conferência de Saúde, e ninguém pontua isso.

As conferências, as pré-conferências e toda a questão do Plano de Metas se darão

no mesmo dia, no mesmo horário, na Cidade inteira. Então, o movimento social que estiver uma pauta que seja transversal em duas Prefeituras Regionais, não poderá pautar. Então, uma atividade que teremos na zona Norte, nos impedirá de estarmos na zona Sul. E discutir o Plano de Metas, nesta Gestão, é extremamente importante. Não temos pauta alguma para mulheres. Temos uma meta que fala de garantir os encaminhamentos de denúncia genérica. Todo Plano de Metas é genérico. Discutimos muito, nesses últimos anos, para termos um CRM na Vila Maria, região em que está situado o Terminal de Cargas – maior espaço de prostituição infantil de meninas e meninos, na zona Norte. Naquela região, ninguém quis colocar o dedo e quando falamos que colocaremos o dedo, somos ameaçados de morte.

Então, temos toda essa discussão das metas no território e simplesmente isso acontece e ninguém diz nada. Essa é uma das coisas.

A outra coisa: audiência é um ato de ouvir. E, aqui, depois de quatro horas, mesmo falando, eu não estou sendo ouvida. Nós, enquanto sociedade civil, não estamos sendo ouvidas. Eu não vim a uma palestra. Conheço todos os planos, todos os equipamentos. Viemos aqui e quem está aqui, minimamente, principalmente neste horário e neste espaço, que não é um espaço de base... Não é um espaço nosso. As nossas mulheres não estão aqui. As mulheres estão lá no Parque Vila Maria, na Favela da Funerária, lá no Jardim Brasil. Elas estão lá na ponta. E, aí, quando vimos aqui trazendo a discussão dessas mulheres, ficamos escutando! Eu não estou destituindo o que foi falado. Acho que é muito válido. Mas acho que audiência é um ato de ouvir. E se eu venho a uma audiência e não sou ouvida, para que serve uma audiência na Câmara? Vimos a uma audiência, na Câmara, para sermos ouvidas, para isso ser proposto.

Então, eu fico bem triste com essa realidade, porque eu cheguei aqui às seis horas da tarde. Eu saí de um ato da Prefeitura, da Educação, e vim para cá. Não gostamos de estar aqui, mas precisamos estar aqui, assim como precisamos estar lá também. E essas mulheres precisam ser ouvidas e, para que isso aconteça, elas precisam de nós, e nós precisamos estar

fortalecidas e unificadas, senão os discursos acabam sendo paralelos e não conseguimos, de fato, estar com a mulher que sofre, no cotidiano, a violência. E não venham nos dizer que somos nós. Nós estamos aqui, temos o poder da fala, nos formamos e temos uma rede, mas têm pessoas que dependem de nós para sobreviverem e essas pessoas podem estar morrendo agora porque estamos aqui há quatro horas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sâmia Bomfim) – Agradeço a presença de todas.

É uma pena, de fato, não termos tido mais tempo para que todas as pessoas pudessem falar. Espero, de fato, que isso não volte a se repetir. Acho que, nas próximas oportunidades, o espaço tem de ser, de fato, de audiência, de participação, de construção.

Teremos a etapa de construção da CPI da Mulher, aqui, na Casa. Todas vocês, na medida do possível, serão convidadas e convocadas a trazerem as demandas e, se tiverem, sugestões de outras mulheres e de outras redes. Enfim, experiências das usuárias, das trabalhadoras, das mulheres que constroem a Cidade de São Paulo. A ideia é que todas elas possam construir e trazer os encaminhamentos necessários.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.